

ISSN 2358-0984



ANAIIS DE MEDICINA

VIII SEMANA ACADÊMICA
DE MEDICINA

7 a 11 de junho de 2021

© 2021 Editora Unoesc

Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da Editora.
editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação: Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro
Revisão metodológica: Paula Stechenski Zaccaron
Projeto gráfico e capa: Simone Dal Moro
Diagramação: Simone Dal Moro

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S471a Semana Acadêmica do Curso de Medicina (8.: 2021: 7 a 11 de jun.: Joaçaba, SC).
Anais da VIII Semana Acadêmica do Curso de Medicina / comissão organizadora Maria Esther Duran Traverso... [et al.]. - Joaçaba, SC: Unoesc, 2021.

ISSN 2358-0984

1. Medicina - Congressos e convenções. I. Nome... [et al.], (org.). II. Título.

CDD 610.63

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Unoesc de Joaçaba

Comissão Organizadora:

Maria Esther Duran Traverso
Paula Giovana Kleber
Jussara Marcondes de Quadros
Mariana Bazzo da Costa
Thaís Cristina Costa
Natália Godoy Guzatti
Luiza Otilia Both
Gabriela Pulga
Ihasmin Cristina Silvestre Meira
Camila Luiza Lagni
João Pedro de Figueiredo Camargo
Isadora Aparecida Gonçalves Barbosa

Comissão Científica (Editores)

Aline Pertile Remor
Diego de Carvalho
Elcio Luiz Bonamigo

Comissão Avaliadora

Grasieli de Oliveira ramos
Luana Patricia Marmitt
Marcos Freitas Cordeiro
Maria Esther Duran Traverso
Roberto Rheingantz da Cunha Filho
Katiussa da Weg C. Sampaio

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
A EXPOSIÇÃO MATERNA A AGROTÓXICOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS AO FETO: UMA REVISÃO	7
A FISIOPATOLOGIA DO VÍRUS SARS-COV-2 NO PROCESSO DE RECONHECIMENTO CELULAR E COMPROMETIMENTO PULMONAR	9
A GENÉTICA ASSOCIADA À OCORRÊNCIA DE FENDAS LABIAIS E PALATINAS NÃO SINDRÔMICAS	11
A PROBLEMÁTICA DA PUBLICIDADE MÉDICA	13
A RELAÇÃO ENTRE INFECÇÃO PELO HIV E DEMÊNCIA NA TERCEIRA IDADE	15
ACHADOS TOMOGRÁFICOS NA CORRELAÇÃO DA PNEUMONIA ORGANIZANTE COMO COMPLICAÇÃO SECUNDÁRIA DA COVID-19	17
ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS NA PERSPECTIVA DA PEDIATRIA	19
ANÁLISE DA REDUÇÃO NA PROPORÇÃO DE CURA DE NOVOS CASOS DE HANSENÍASE NO BRASIL	21
ANÁLISE DOS MOTIVOS DO MOVIMENTO ANTIVACINAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	23
ANQUILOGLOSSIA E DIFICULDADES NO ALEITAMENTO MATERNO	25
ASSOCIAÇÃO DE DISRUPTORES ENDÓCRINOS E A SÍNDROME DO OVÁRIO POLICÍSTICO	27
BEBIDA ALCÓOLICA E GESTAÇÃO, ASSOCIAÇÃO NADA SAUDÁVEL.....	29
COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS: A FORMAÇÃO MÉDICA E O USO DE PROTOCOLOS PARA EFETIVÁ-LA.....	31
DISBIOSE DA MICROBIOTA INTESTINAL RELACIONADA À DOENÇA DE ALZHEIMER E MEDIDAS DE PROFILAXIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA	33
DISTANÁSIA: UM MALEFÍCIO A SER EVITADO	35
DOAÇÃO DE ÓRGÃOS: RECUSA FAMILIAR E SEUS DESDOBRAMENTOS	37
EFEITO DO MANCOZEB E VITAMINA D NA ATIVIDADE DO COMPLEXO I MITOCONDRIAL DE TECIDOS PERIFÉRICOS DE RATOS WISTAR ADULTOS	39
EUTANÁSIA: CARACTERÍSTICAS ÉTICAS E ASPECTOS DO DEBATE PÚBLICO ATUAL.....	41
EVENTOS TROMBOEMBÓLICOS COMO COMPLICAÇÃO EM PACIENTES ACOMETIDOS PELA COVID-19	43
FATORES DE RISCO ASSOCIADOS À INFECÇÃO PELO PAPILOMAVÍRUS HUMANO EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE NO BRASIL	45
ISOTRETINOÍNA COMO AGENTE TERATOGENICO: RELAÇÃO COM MALFORMAÇÕES FETAIS E EMBRIONÁRIAS.....	47

LINFANGITE CARCINOMATOSA PULMONAR	49
MORTE ENCEFÁLICA, DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E A FAMÍLIA: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DA DESINFORMAÇÃO	51
O USO DA TELEMEDICINA EM MEDICINA COMO UMA FERRAMENTA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE: POSITIVO OU NEGATIVO?.....	53
O USO DO AGROTÓXICO PARAQUAT RELACIONADO À DOENÇA DE PARKINSON	55
OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA: A RELAÇÃO ENTRE O OXIGÊNIO, A MICROBIOLOGIA E A RESPOSTA IMUNOLÓGICA	57
PROBLEMAS DE REVELAÇÃO DO SIGILO MÉDICO NAS REDES SOCIAIS.....	59
REVELAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS: PERCEPÇÃO MÉDICA VERSUS PACIENTE E FAMILIARES	61
SANEAMENTO BÁSICO E A PREVALÊNCIA DE PARASITÓSES INTESTINAIS:	63
UMA RELAÇÃO CAUSAL E PONTUAL DE SAÚDE PÚBLICA	63
SAÚDE BUCAL E AS CONSEQUÊNCIAS NA GESTAÇÃO	65
SIGILO PROFISSIONAL COM PACIENTES PORTADORES DE HIV/AIDS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	67
SÍNDROME DO CHOQUE TÓXICO ASSOCIADO A SUPERANTÍGENOS	69
USO DE CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS PARA PRESCRIÇÃO DE ANTIBIÓTICOS NAS INFECÇÕES DAS VIAS AÉREAS SUPERIORES	71

APRESENTAÇÃO

Por ocasião da VIII Semana Acadêmica do Curso de Medicina, realizada em Joaçaba de 07 a 11/06/2021, foram aceitas submissões para a sétima edição dos Anais de Medicina. Neste número foram publicados 34 resumos, a maioria dos quais submetidos por acadêmicos da Graduação em Medicina, cumprindo o objetivo principal da existência da publicação. No entanto, também houve o envio de resumos por acadêmicos de outros cursos, sobre temas bem diversificados, robustecendo o aspecto multidisciplinar dos Anais. Aproveitamos para agradecer o apoio da Coordenação do Curso de Medicina, na pessoa da Professora Jussara Marcondes de Quadros, e das comissões que trabalharam intensamente nas avaliações dos textos e das apresentações orais. Desta vez, com a finalidade de verificar quais resumos mais chamaram a atenção dos participantes, foi feita uma enquete. Pela ordem de aparecimento no sumário, a preferência dos participantes foi pelos seguintes resumos:

- A genética associada à ocorrência de fendas labiais e palatinas não sindrômicas (p. 11)
- Análise dos motivos do movimento antivacinação e suas consequências em tempos de pandemia (p. 23)
- Associação de disruptores endócrinos e a síndrome do ovário policístico (p. 27)
- Morte encefálica, doação de órgãos e a família: um estudo sobre os impactos da desinformação (p. 51).

Uma boa leitura!

A EXPOSIÇÃO MATERNA A AGROTÓXICOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS AO FETO: UMA REVISÃO

FERRANDIN, B. ¹; DA COSTA, G. L. ¹; ALESSI, R. ¹; DEBIASI, M. M. ²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Com o crescente uso de agrotóxicos na agricultura intensiva, a comunidade científica passou a investigar as consequências da exposição humana aos agroquímicos utilizados no cultivo, não só através da alimentação, como por meio do ar, da água e de fatores ocupacionais. Apesar de não haver uma causa específica para muitas anomalias congênitas, a exposição pré-natal a agrotóxicos em certos períodos gestacionais é, possivelmente, uma contribuição para inúmeros defeitos no desenvolvimento embrionário, bem como para futuras complicações ao recém-nascido. As malformações congênitas (MC) não são incomuns e frequentemente se mostram fatais, podendo se tratar de distúrbios funcionais, metabólicos, hereditários e estruturais. **Objetivo:** A presente revisão teve como objetivo retratar o potencial teratogênico de defensivos agrícolas. **Metodologia:** Foram selecionados, através das bases de dados Scielo e Pubmed, artigos publicados entre 2006 e 2019, que abordassem o tema. Em suma, as metodologias usadas nas pesquisas analisadas comparam o número de nascidos vivos com más formações e a taxa de agrotóxicos utilizada nas lavouras de grande porte das regiões escolhidas (DUTRA; FERREIRA, 2019), baseando-se na coleta própria de dados e de diversos institutos estatísticos, assim como ponderam decorrências de pesquisas próprias (JAACKS; DIAO; CALAFAT, 2019). **Resultados:** A partir do exposto, correlaciona-se a distribuição espacial dos casos de MC observados aos índices coletados relativos aos defensivos agrícolas (OLIVEIRA *et al.*, 2014), sendo possível concluir que a exposição pré-natal a certos pesticidas, a exemplo, os organofosforados paration e diazinon, pode aumentar o risco de malformação fetal e complicações no parto. Ademais, foram associados defeitos no tubo neural (DTN) com agrotóxicos. Entre os DTN, a anencefalia, que ocorre devido à uma falha no fechamento do tubo neural do embrião, teve seu risco aumentado pela exposição materna a organofosforados (RULL *et al.*, 2006). Isso ocorre porque esses agrotóxicos fazem parte do grupo dos disruptores endócrinos, substâncias capazes de imitar hormônios verdadeiros, em consequência das semelhanças estruturais moleculares entre eles, e de substituí-los de maneira inapropriada, por não corresponderem fisiologicamente (DUTRA; FERREIRA, 2017). Assim, através da circulação uteroplacentária, esses compostos chegam ao feto no lugar dos hormônios maternos, comprometendo várias fases do desenvolvimento e causando más formações. Ainda, ressalta-se a população do campo como maior grupo de risco devido a constante exposição em decorrência de fatores ocupacionais, por se tratar não só do consumo, mas da produção de alimentos de plantio convencional (CREMONESE *et al.*, 2012). **Conclusão:** Infere-se que a crescente exposição populacional a pesticidas tem aumentado e suscetibilizado o surgimento de MC e de adversidades

pós-natais (DUTRA; FERREIRA, 2017). A alternativa proposta é a substituição desses alimentos por aqueles de cultivo orgânico - que não fazem uso de defensivos agrícolas - durante a gestação, visando o bem-estar fetal e a não interferência no fornecimento hormonal para o desenvolvimento embrionário.

Palavras-chave: Teratogênicos. Agrotóxicos. Malformações. Gestação.

ferrandin.bea@gmail.com

REFERÊNCIAS

CREMONESE, C. *et al.* Exposição a agrotóxicos e eventos adversos na gravidez no Sul do Brasil, 1996-2000. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 1263-1272, jul. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2012000700005>. Acesso em: 12 maio 2021.

DUTRA, L. S.; FERREIRA, A. P. Associação entre malformações congênitas e a utilização de agrotóxicos em monoculturas no Paraná, Brasil. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. spe2, p. 241-253, jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042017s220>. Acesso em: 12 maio 2021.

DUTRA, L. S.; FERREIRA, A. P. Tendência de malformações congênitas e utilização de agrotóxicos em commodities: um estudo ecológico. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 121, p. 390-405, abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912108>. Acesso em: 12 maio 2021.

JAACKS, L. M.; DIAO, N.; CALAFAT, A. M. Association of prenatal pesticide exposures with adverse pregnancy outcomes and stunting in rural Bangladesh. **Environment international**, vol. 133. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31675560/>. Acesso em: 12 de maio 2021.

OLIVEIRA, N. P. *et al.* Malformações congênitas em municípios de grande utilização de agrotóxicos em Mato Grosso, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4123-4130, out. 2014. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2014.v19n10/4123-4130/>. Acesso em: 12 maio 2021.

RULL, R. P. *et al.* Neural tube defects and maternal residential proximity to agricultural pesticide applications. **American journal of epidemiology**, v. 163, n. 8, p. 743-753, 2006. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16495467/>. Acesso em: 12 maio 2021.

A FISIOPATOLOGIA DO VÍRUS SARS-COV-2 NO PROCESSO DE RECONHECIMENTO CELULAR E COMPROMETIMENTO PULMONAR

SELARIN, G. F.¹; DEBIASI, M. M.²

¹ Discente do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A mais nova síndrome respiratória aguda grave é causada pelo SARS-CoV-2, o qual é detentor de uma peculiaridade na forma de contágio celular, fato esse que responde tamanha proporcionalidade do seu nível de disseminação, resultando na contemporânea pandemia. O vírus SARS-CoV-2 infecta as células hospedeiras causando um processo de inflamação através de interações proteicas e posterior inativação da enzima conversora de angiotensina dois (ECA2).

Objetivo: A finalidade desta pesquisa foi relatar a fisiopatologia viral do SARS-CoV-2 com um maior aprofundamento dos conhecimentos em biologia celular e no sistema imunológico. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa na plataforma Scielo com as seguintes palavras: SARS-CoV-2 e ECA2, além de prestigiar o simpósio Congresso Nacional Multidisciplinar de COVID-19 proposto pela IFMSA Brasil Uniceplac. Sendo que, a partir da pesquisa, foram selecionados três artigos que abordavam, de maneira satisfatória, a infecção do coronavírus na célula hospedeira e suas consequências ao organismo. **Resultado:** O vírus SARS-Cov-2 apresenta, em sua periferia, a proteína Spike constituída por 3 protômeros com duas subunidades, sendo a S1 correspondente às cabeças e a S2 pela cauda (BEVACQUA; PERRONE, 2020). Já a ECA participa do ciclo de reações modificadores de Angiotensina, encontrada primordialmente no endotélio pulmonar e atua de forma inespecífica, ou seja, cliva diferentes unidades patológicas. Inicialmente, a S1, através do receptor RBD, conecta-se a uma das partes do dímero ECA2. Por conseguinte, a protease 2 transmembranar de serina (TMPRSS2) também se liga à S1 com o intuito de proporcionar o “start” para que as cabeças sejam desconectadas, deixando assim a S2 livre (BEVACQUA; PERRONE, 2020). Em conjunto, as S2 estabelecem prolongamentos que se conectam com a membrana celular da célula hospedeira de forma que possibilite o deslocamento da peça viral para ser englobado e posterior incorporação ao meio intracelular. Ademais, há estudos que evidenciam a ECA2 como fator de proteção contra danos pulmonares, ou seja, a inflamação do tecido pulmonar e uma infiltração maior de leucócitos foi ligeiramente expressiva em organismos sem ECA2 (CANO; GAJARDO; FREUNDLICH, 2020). E, a partir dessa infecção, ocorre um aumento de citocinas pró-inflamatórias, a qual desenvolve uma tempestade de citocinas e aumenta a replicação viral, ocasionando uma cascata de dano alveolar grave (VAZQUEZ-CORNEJO, 2020). **Conclusão:** Portanto, a partir da pesquisa realizada pode-se concluir que a infecção intracelular pelo SARS-CoV-2 demanda tanto por componentes celulares da célula hospedeira quanto do agente viral, sendo este último responsável pela desbalanço da ECA2 e

gerando, por consequência, uma série de reações inflamatórias que vão culminar, principalmente, no comprometimento sistêmico pulmonar.

Palavras-chave: SARS-CoV-2. Fisiopatologia. ECA2.

selarin.guilherme@gmail.com

REFERÊNCIAS

BEVACQUA, R. J.; PERRONE, S. V. COVID-19: relación entre enzima convertidora de angiotensina 2, sistema cardiovascular y respuesta inmune del huésped. *Insuf. card.*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 15, n. 2, p. 34-51, jun. 2020.

CANO, F.; GAJARDO, M.; FREUNDLICH, M. Eje Renina Angiotensina, Enzima Convertidora de Angiotensina 2 y Coronavirus. *Rev. chil. pediatr.*, Santiago, v. 91, n. 3, p. 330-338, jun. 2020.

VAZQUEZ-CORNEJO, E. Considerations on the use of antihypertensive blockers of the renin-angiotensin system in adults and children in the face of the COVID-19 pandemic. *Bol. Med. Hosp. Infant. Mex.*, México, v. 77, n. 5, p. 274-281, out. 2020.

A GENÉTICA ASSOCIADA À OCORRÊNCIA DE FENDAS LABIAIS E PALATINAS NÃO SINDRÔMICAS

SOLDATELLI, N.¹; DE MELO, D. A.¹; MATTIELLO, S. A.¹; NEZELLO, Y. C. C.¹; DEBIASI, M. M.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: As fendas orofaciais, labiais e palatinas, são malformações congênicas decorrentes de uma falha na fusão dos dois ossos que compõem o palato duro durante o período embrionário, entre a 4^a e a 13^a semana do desenvolvimento, estes, quando não fundidos, formam uma lacuna entre as cavidades nasal e oral. Esta anomalia congênita pode ser somente labial ou palatina, ou ambas, ocorrendo normalmente de forma não síndrômica, além de ser considerada comum na espécie humana, uma vez que, estudos indicam que a incidência é de 1:700 nascidos vivos (TOVANI-PALONE; SALDIAS-VARGAS, 2016). **Objetivo:** Este estudo teve por objetivo elucidar os fatores genéticos associados a ocorrência das fendas labiopalatinas não síndrômicas por intermédio de uma pesquisa feita na plataforma Scielo e no Google acadêmico. **Metodologia:** Desta pesquisa foram selecionados artigos relacionados ao tema, publicados entre os anos de 2015 e 2016. **Resultados:** Estes afirmam que a origem das fendas orofaciais sugere um padrão de herança poligênica multifatorial, posto que decorre da interação de fatores genéticos e ambientais (PALONE *et al.*, 2015), como a exposição materna à poluição do ar e a solventes orgânicos (BARRERA; MEZAROBBA, 2016). Dando destaque a origem genética, o gene IRF6, que codifica o Fator Regulador de Interferon-6, aparece como um dos principais, este gene está relacionado a diferenciação do epitélio oral e, portanto, tem relevância na formação do lábio e do palato. As mesmas referências indicam que este gene é responsável por cerca de 12% dos casos (PALONE *et al.*, 2015), além de estar envolvido no desenvolvimento da síndrome de Van Der Woude e Pterígio Poplíteo, comuns nos casos de fenda labiopalatina síndrômica (TOVANI-PALONE; SALDIAS-VARGAS, 2016). Além do gene IRF6, os genes MSX1 e TGF- β também aparecem nos estudos como participantes desta malformação, tendo em vista que podem regular a expressão do gene IRF6 (PALONE *et al.*, 2015). Outro ponto relevante deste tema são os fatores de risco maternos que aumentam a probabilidade de o nascituro não desenvolver corretamente as estruturas faciais, segundo estudos, a exposição a fumaça de cigarro é o fator de risco de maior correlação ao desenvolvimento de fissura palatina e labial, assim como a obesidade e a diabetes mellitus, outros fatores como a ingestão de álcool e a deficiência de ácido fólico também aparentam ter relação com a anomalia (BARRERA; MEZAROBBA, 2016). **Conclusão:** Deste modo, destaca-se a importância do conhecimento acerca da genética relacionada as fissuras orofaciais, a fim de se minimizar, em associação com os estudos de terapia gênica, os efeitos desta malformação congênita. **Palavras-chave:** Fissuras orofaciais. Malformações congênicas. Herança multifatorial.

natalia.soldatelli@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

BARRERA, C.; MEZAROBBA, N. Maternal Risk Factors Associated with Cleft Lip with or without Cleft Palate: A Review. **International journal of odontostomatology**, v. 10, n. 2, p. 359-368, 2016. DOI: <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-381X2016000200025>.

PALONE, M.; SILVA, T.; SALDIAS-VARGAS, V.; DALBEN, G. A relação do gene IRF6 com a ocorrência de fissura labiopalatina. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, v. 17, n. 2, p. 107-108, 2015. DOI: <https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/19657>.

TOVANI-PALONE, M.; SALDIAS-VARGAS, V. Factores genéticos y fisuras orofaciales no síndromicas. **Revista de la Facultad de Medicina**, v. 64, n. 2, p. 381-383, 2016. DOI: <https://doi.org/10.15446/revfacmed.v64n2.53551>.

A PROBLEMÁTICA DA PUBLICIDADE MÉDICA

PEPES, M. V.¹; PEPES, C. V.¹; BONAMIGO, E. L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A publicidade objetiva veicular informação verdadeira à sociedade, sendo essa característica ainda mais marcante no âmbito da atividade médica. Com a crescente utilização de diversos meios de comunicação, houve progressiva regulamentação da publicidade médica, visando proteger pacientes e orientar os profissionais. Entretanto, com o advento da internet, a fiscalização da publicidade médica, tornou-se dificultada. **Objetivo:** Identificar, sob a perspectiva ética, os principais problemas da publicidade médica veiculada na internet. **Metodologia:** Tratou-se de revisão bibliográfica na plataforma Google Acadêmico, utilizando-se os termos “publicidade médica”, “internet” e “ética”, no período de 2010 a 2021. **Resultado:** Foram encontrados 11 documentos e utilizados, ao fim, 6. Publicidade médica define-se por divulgação, por quaisquer meios, de ações profissionais realizadas, que tiveram participação ou foram aprovadas pelo médico (CFM, 2011). Permite-se, portanto, o marketing na área médica, respeitando, entretanto, os limites éticos (SILVA, 2018). Sendo um meio de comunicação amplamente difundido, a internet tornou-se importante divulgadora de informações que educam e promovem saúde, além de ser um meio para publicidade médica (FAVACHO, 2021). Porém, há casos em que a internet faz a divulgação de marketing médico enganoso e, tendo em vista as poucas legislações existentes, torna-se difícil disciplinar a dinâmica deste meio de comunicação (ROCHA *et al.*, 2012). A ampliação da forma de propaganda, com objetificação do ser humano, é uma triste realidade na qual a técnica passa a ocupar lugar central e os indivíduos podem ser retratados como coisas de consumo (ROCHA *et al.*, 2012; FERREIRA, 2016). Em um estudo sobre fertilização assistida, imagens de consumo reforçavam estereótipos sociais e promoviam a paternidade como fórmula para a felicidade (FERREIRA, 2016). A especialidade médica apontada como a maior geradora de queixas ao CREMESP por infração à legislação da publicidade médica foi a cirurgia plástica (SILVA, 2011). Ratificando essa informação, essa especialidade é apontada também como a que mais utiliza redes sociais para a divulgação de resultados de procedimentos estéticos (SILVA, 2018). Da mesma forma, outros ditames legais são quebrados, como a demonstração de tecnologia de clínicas e frases que fazem alusão à exclusividade do local como único detentor daquele meio (FERREIRA, 2016). Ademais, há numerosos médicos que fazem uso de publicidade abusiva e desregrada, prometendo resultados falsos, bem como publicações com conteúdo erótico e palavreado sáfio (SILVA, 2018). Em pesquisa realizada, estudando-se 200 sites, somente 2 apresentavam propagandas seguindo todas as normas legais, sendo frequente a exposição de pacientes e divulgação caótica de exclusividade em métodos terapêuticos e valores de consulta (ROCHA *et al.*, 2012). **Conclusão:** Pode-se concluir que, embora existam regras que norteiem a publicidade médica, ainda permanecem problemas

notórios, sobretudo relacionados a divulgação na internet de resultados estéticos, com exposição de pacientes, tecnologia exclusiva, promessa de resultados e linguagem inadequada. Assim, desponta a necessidade de aprimorar a fiscalização desses conteúdos e incentivar a divulgação, entre os médicos, do conhecimento das normas sobre publicidade médica, com ênfase para aquilo que é permitido, proporcionando beneficência e respeito ao paciente, bem como levando uma mensagem sóbria, verdadeira e esclarecedora à sociedade.

Palavras-chave: Propaganda. Ética médica. Mídias sociais.

chrisvpepes@gmail.com

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Resolução CFM no 1.974/11**. Estabelece os critérios norteadores da propaganda em Medicina, conceituando os anúncios, a divulgação de assuntos médicos, o sensacionalismo, a autopromoção e as proibições referentes à matéria. Brasília, DF, 2011.

FAVACHO, Natasha Costa. Propaganda médica nas redes sociais: uma realidade possível. **Revista Científica Multidisciplinar O Saber (RCMOS)**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 01-26, fev. 2021. Disponível em: <https://revistacientificaosaber.com.br/ojs/envie seu artigo/index.php/rcmos/article/view/23/19>. Acesso em: 07 maio 2021.

FERREIRA, Carla Froener. **A reprodução humana assistida e a sociedade do espetáculo: a fragmentação do direito frente à publicidade via internet de tratamento de fertilização**. Orientador: Germano Doederlein Schwartz. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Centro Universitário La Salle, Canoas, 2016.

ROCHA, Marco Antonio Mendes; SOUZA, Paulo Roberto; ESPIN NETO, José; ROCHA, Lenamaris Mendes. Propagandas de serviços médicos especializados na internet: aspectos bioéticos envolvidos nessa questão. **Organicom: Comunicação e Saúde**, São Paulo, v. 9, n. 16/17, p. 299-315, nov. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/issue/view/10224/1294>. Acesso: em 07 maio 2021.

SILVA, Adila Andrade da. **A responsabilidade civil do médico que atua como influenciador digital**. Orientador: Técio Spínola Gomes. 2018. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharel em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2018.

SILVA, José Carlos Loureiro da. A publicidade de serviços médicos e suas repercussões no direito do consumidor. *In: Colóquio: Panorama da Pesquisa em Direito*. São Paulo. II Colóquio. São Paulo: Edifício, 2011. p. 110-122.

A RELAÇÃO ENTRE INFECÇÃO PELO HIV E DEMÊNCIA NA TERCEIRA IDADE

DE LIZ, A. F.¹; BRAND, P. J. D.¹; SANTOS, M. S.¹; D'AGOSTINI, F. M.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A maioria da população idosa encontra-se sexualmente ativa, todavia os altos índices de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) na terceira idade (MAHMUD; BOS, 2020) apontam para uma desinformação e negligência sobre os riscos dessas doenças neste recorte populacional (RODRIGUES *et al.*, 2017). Nesse escopo, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) associada à demência torna-se relevante, visto que o diagnóstico tardio do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) predispõe doenças neurocognitivas (NASCIMENTO *et al.*, 2021). **Objetivo:** Correlacionar as doenças neurológicas e o diagnóstico de demência à infecção por Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) nos idosos. **Metodologia:** Foram realizadas buscas na base de dados Scielo, Google Acadêmico, ResearchGate e Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia datados entre os anos de 2007 a 2021. Os descritores foram “HIV”, “idoso” e “alterações neurocognitivas” gerando 20 resultados, filtrados de acordo com o recorte selecionado resultando em 6 artigos utilizados para essa revisão. **Resultados:** Observou-se relação intrínseca entre a infecção por Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e o prognóstico de doenças neurodegenerativas como a demência na população idosa (CHRISTO, 2010). Isso ocorre, pois, o mecanismo de ação do Vírus direciona-se à imunidade do organismo prejudicando o sistema imunitário no Tecido Nervoso Central e Periférico devido à diminuição dos linfócitos TCD4+, que ao longo do tempo compromete esse sistema, tornando-o menos eficiente no combate a patógenos (RODRIGUES *et al.*, 2017). Isso somado a idade avançada e elevada carga viral plasmática no Líquido Cefalorraquidiano (LCR) tornam-se fatores de risco para desenvolvimento de demência (CHRISTO, 2010). Outros fatores incluem o aumento da proteína AB por intermédio da mudança de seus mecanismos de transporte através da Barreira Hematoencefálica (BHE), progressão de sua síntese ou diminuição da degradação, resultando em acúmulo desta no cérebro (MAHMUD; BOS, 2020). Estimulados pelo HIV-1, mediadores inflamatórios como o Ligante 2 de quimiocina-CC também referido como proteína quimioatrativa de monócito (CCL2/MCP-1), produzidos durante a neuroinflamação crônica, podem igualmente contribuir para a elevação dos níveis de AB no cérebro (COVINO; SABBATUCCI; FANTUZZI, 2016). O acúmulo desta proteína ocorre na neurodegeneração e na Doença de Alzheimer (DA) (CÂMARA, 2019), no entanto mais prevalente na Disfunção Cognitiva e Alterações Neurocognitivas Associadas Ao HIV (HAND) (MAHMUD; BOS, 2020). Ademais, os idosos demonstraram ter maior estigma em relação a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) em comparação a outras idades e, dentre eles, aqueles que vivem com a enfermidade têm menos apoio social, comprometendo o diagnóstico e o tratamento precoce (RODRIGUES *et al.*, 2017), o que torna a carga viral mais alta e aumenta as chances de doenças neurodegenerativas como consequência da Síndrome da Imunodeficiência adquirida

(AIDS). **Conclusão:** Os dados mostram que o Vírus da Imunodeficiência humana (HIV) apresenta neurotropismo bastante acentuado, sendo, portanto, um fator importante para o desenvolvimento de demência na terceira idade. Além disso, o correto e precoce diagnóstico destas condições e a pronta intervenção terapêutica podem minimizar as complicações neuropsiquiátricas desencadeadas por essa infecção viral, sendo a prevenção de suma importância para diminuir a incidência de infecção viral pelo do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV).

Palavras-chave: HIV. Idosos. Doenças do Sistema Nervoso. Demência. Demência por HIV.

anaflaviadeliz@live.com

REFERÊNCIAS

CÂMARA, A. B. Receptores neurais e a doença de Alzheimer: uma revisão sistemática da literatura sobre as famílias de receptores mais associadas a doença, suas funções e áreas de expressão. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852019000300161. Acesso em: 05 abr. 2021.

CHRISTO, P. P. Alterações cognitivas na infecção pelo HIV e AIDS. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 56, n. 2, p. 242-247, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-42302010000200027&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 05 abr. 2021.

COVINO, D. A.; SABBATUCCI, M; FANTUZZI, L. O eixo CCL2 / CCR2 na patogênese da infecção por HIV-1: um novo alvo celular para terapia? **Current Drug Targets**, v. 17, p. 76-110, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287965640_The_CCL2-CR2_Axis_in_the_Pathogenesis_of_HIV-1_Infection_A_New_Cellular_Target_for_Therapy/link/568e712008aef987e567b7f3/download. Acesso em: 05 abr. 2021.

MAHMUD, I. C; BOS, A. J. G. **Transtornos cognitivos em idosos vivendo com hiv: uma revisão dos fatores de risco e mecanismos patogênicos.** 2020. Disponível em: <https://temasemsaude.com/wpcontent/uploads/2020/02/20123.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

NASCIMENTO, G. B. *et al.* A correlação entre o vírus da imunodeficiência humana e demência na terceira idade. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 1, p. 2198-2211, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/23938>. Acesso em: 05 abr. 2021.

RODRIGUES, B. F. L. *et al.* **Depressão em idosos vivendo hiv/aids.** 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2017/TRABALHO_EV075_MD2_SA2_ID2646_23102017182240.pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.

ACHADOS TOMOGRÁFICOS NA CORRELAÇÃO DA PNEUMONIA ORGANIZANTE COMO COMPLICAÇÃO SECUNDÁRIA DA COVID-19

FRANÇOSI, A. A.¹; KLEIN, F.¹; PULGA, G.¹; ZARPELON, N.¹; MASSUCATO, C. A.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A Pneumonia Organizante (PO) é uma inflamação do tecido pulmonar, aguda ou subaguda, de achados inespecíficos, comumente confundida com a infecção pulmonar (KRUPAR *et al.*, 2021). Caracteriza-se pelo preenchimento de estruturas alveolares por tecido de granulação e inflamação do parênquima, sem destruição do pulmão subjacente. O diagnóstico definitivo é realizado através de biópsia e histopatologia, mas as características clínicas e tomográficas sugerem a doença (DRAKOPANAGIOTAKIS *et al.*, 2011). Já a COVID-19 é uma doença causada pelo SARS-CoV-2, cujo diagnóstico é dado pela reação em cadeia da polimerase (rt-PCR). As alterações em Tomografia Computadorizada (TC) de tórax auxiliam na avaliação e conduta do quadro (ROSA *et al.*, 2020). **Objetivo:** O resumo objetiva correlacionar a produção científica sobre as características clínicas e tomográficas da PO em pacientes com COVID-19. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica, baseada em artigos extraídos no PubMed, SciELO e Scholar Google utilizando o bolear booleano “AND” e os descritores “Pneumonia Organizante”, “COVID-19” e seus correspondentes em inglês. Foram encontrados 15 artigos e excluídos aqueles que não se enquadravam nos objetivos desta revisão, dos quais 5 foram selecionados. **Resultados:** A partir da análise clínica e tomográfica de pacientes diagnosticados com COVID-19, estudos apontam a PO como um possível desfecho secundário ao estímulo infeccioso da doença. A PO afeta ambos os sexos com a mesma frequência. A idade média da doença é de 55 anos. Como regra geral, os pacientes apresentam tosse e dispneia durante um período de 3 meses. Alguns pacientes também descrevem sintomas semelhantes à gripe, como febre, dor de garganta ou fraqueza. Outros sintomas não específicos incluem dor no peito, suores noturnos e artralgia leve (KRUPAR *et al.*, 2021). A TC de tórax denota injúria aguda pulmonar associada a opacidades em vidro fosco, que podem coalescer em lesões consolidativas e, progressivamente, envolver e se organizar na periferia do órgão, resultando no halo invertido ou “sinal do atol”, cuja incidência é maior 6 dias após o início dos sintomas. O achado é encontrado em 2% dos casos de COVID-19 e, embora raro, está envolvido em outras síndromes respiratórias causadas pela família Coronaviridae, como observado na Síndrome Respiratória do Oriente Médio (BERNHEIM *et al.*, 2020). O sinal do atol associa-se fortemente à PO, pois, apesar de não ser patognomônico, ainda é um importante achado diagnóstico (DRAKOPANAGIOTAKIS *et al.*, 2011). Ao exame histopatológico, tecido de granulação e infiltrados mononucleares, indicativos histológicos de PO, podem ser visualizados (POGATCHNIK *et al.*, 2020). A minoria dos pacientes necessita apenas de controle sintomático. Aos demais, a corticoterapia sistêmica com variabilidade individual de tratamento resulta em melhora

sintomática e tomográfica em um ínterim de dias (DRAKOPANAGIOTAKIS *et al.*, 2011). **Conclusão:** A PO é uma doença rara, de diagnóstico desafiante, podendo ser uma possível complicação da COVID-19. Dessa forma, mesmo sendo uma patologia de bom prognóstico, é imprescindível o conhecimento associado com outras doenças na busca da melhor resolução do quadro.

Palavras-chave: Pneumonia em Organização Criptogênica. Infecções por Coronavírus. Lesão Pulmonar.

arthurfrancosi@gmail.com

REFERÊNCIAS

BERNHEIM, Adam *et al.* Chest CT Findings in Coronavirus Disease 2019 (COVID-19): Relationship to Duration of Infection. **Radiology**, v. 295, n. 3, p. 685-691, jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1148/radiol.2020200463>. Acesso em: 14 maio 2021.

DRAKOPANAGIOTAKIS, Fotios *et al.* Cryptogenic and Secondary Organizing Pneumonia: Clinical Presentation, Radiographic Findings, Treatment Response, and Prognosis. **American Collage of Chest Physicians**, v. 139, n. 4, p. 893-900, 2011. Disponível em: [https://journal.chestnet.org/article/S0012-3692\(11\)60192-X/fulltext](https://journal.chestnet.org/article/S0012-3692(11)60192-X/fulltext). Acesso em: 14 maio 2021.

KRUPAR, Rosemarie *et al.* Kryptogen organisierende Pneumonie versus sekundäre organisierende Pneumonie. **Pathologe**, v. 42, p. 55-63, fev. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00292-020-00903-8>. Acesso em: 14 mai. 2021.

POGATCHNIK, Brian P. *et al.* Radiology-Pathology Correlation Demonstrating Organizing Pneumonia in a Patient Who Recovered from COVID-19. **American Journal of Respiratory and Critical Care Medicine**, v. 202, n. 4, 598-599, ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1164/rccm.202004-1278IM>. Acesso em: 14 mai. 2021.

ROSA, Marcela E. E. *et al.* Achados da COVID-19 identificados na tomografia computadorizada de tórax: ensaio pictórico. **Revista Einstein**, v. 18, maio 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.31744/einstein_journal/2020RW5741. Acesso em: 14 maio 2021.

ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO DE MÁIS NOTÍCIAS NA PERSPECTIVA DA PEDIATRIA

THIBES, A.¹; GUGEL, M.¹; BAUMGRATZ, G.¹; BONAMIGO, E. L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Subsequente as más notícias, as hospitalizações e os protocolos terapêuticos geram limitações que muitas vezes impedem uma infância ativa e o convívio com amigos. As dificuldades na comunicação podem abalar a segurança e confiança da criança com a equipe de saúde e comprometer o enfrentamento da doença. **Objetivo:** O presente trabalho visa analisar a efetividade e as peculiaridades da comunicação de más notícias no contexto da pediatria, interligando face a face a comunicação médico-paciente. **Metodologia:** Foi realizado um estudo bibliográfico a partir dos descritores “comunicação”, “más notícias” e “pediatria” nas plataformas Scielo, Google Acadêmico, Portal de Periódicos CAPES. **Resultados:** Dos nove artigos encontrados, sete foram selecionados. A comunicação de más notícias envolve dilemas dos profissionais da saúde quanto à dificuldade de interlocução carga emocional que permeiam as más notícias, requerendo empatia e habilidades emocionais do emissor (LIMA; MAIA; NASCIMENTO, 2019). No contexto da emissão de más notícias, é imprescindível a comunicação com suavidade e gradualidade para identificar o limite que o ouvinte consegue assimilar as informações (LIMA; MAIA; NASCIMENTO, 2019). Comunicar com efetividade pode amenizar medos e angústias, fortalece a relação médico-paciente e favorece a aceitação da doença. O recebimento da notícia de maneira não interpretável e insatisfatória desperta nos familiares sentimentos de incerteza e desafeto (MARÇOLA *et al.*, 2020). Uma comunicação não empática, resultado do despreparo dos profissionais, é iatrogênica e deve ser evitada (LIMA; MAIA; NASCIMENTO, 2019). Assim, a comunicação é tão importante quanto o tratamento, pois quando efetiva, favorece a aceitação terapêutica e a satisfação com o atendimento (FREIBERGER; CARVALHO; BONAMIGO, 2019). A capacidade de compreensão do seu tratamento e doença torna a criança participante ativa na tomada de decisões relativas ao seu processo saúde-doença, fato que deve ser respeitado e valorizado pela equipe de saúde (SOEIRO *et al.*, 2020). O médico não pode silenciar ou mentir, mas tem o dever ético de proferir a verdade de forma adequada acerca do diagnóstico, tratamento ou prognóstico do paciente (FREIBERGER; CARVALHO; BONAMIGO, 2019). Dentre as peculiaridades no contexto da pediatria salienta-se que a idade da criança e maturidade cognitiva determinam a comunicação das más notícias, indicando-se o início da informação antes da escolaridade e a conclusão entre os 10 a 12 anos de idade. Sobre quem deveria ser o emissor da comunicação de más notícias, há um consenso de que a parte técnica se atribui ao médico e a comunicação às crianças feita preferencialmente pelos pais, com acompanhamento e disponibilidade para sanar dúvidas do médico e da equipe, se disponível (ZANON *et al.*, 2020). **Conclusão:** Por fim, a revelação de más notícias em pediatria não pode

deixar de ser feita, mas requer habilidade, empatia e disponibilidade de sanar dúvidas por parte dos profissionais, sendo que a colaboração dos pais faz parte do processo de revelação. Infere-se que especial atenção deve ser dada ao tema durante a graduação dos profissionais de saúde para evitar danos aos pacientes cuja capacidade de compreensão pode estar reduzida.

Palavras-chave: Relação médico-paciente. Pediatria. Saúde. Humanização.

amanda.petry@hotmail.com

REFERÊNCIAS

FREIBERGER, M. H.; CARVALHO, D.; BONAMIGO, E. L. Comunicação de más notícias a pacientes na perspectiva de estudantes de medicina. **Revista Bioética**, v. 27, n. 2, p. 318-325, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422019000200318. Acesso em: 14 abr. 2021.

LIMA, K. M. A.; MAIA, A. H. N.; NASCIMENTO, I. R. C. Comunicação de más notícias em cuidados paliativos na oncopediatria. **Revista Bioética**, v. 27, n. 4, p. 719-727, 2019. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/1839/2237. Acesso em: 14 abr. 2021.

MARÇOLA, L. *et al.* Comunicação de más notícias em uma unidade de terapia intensiva neonatal: a avaliação feita pelos pais. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 38, n. 6, p. 1984-0462, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010305822020000100444&tlng=en. Acesso em: 18 abr. 2021.

SOEIRO, A. C. V. *et al.* Bioética e comunicação de más notícias em oncologia pediátrica: experiência em um hospital público. **Revista Artigos. Com**, v. 16, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/3298>. Acesso em: 18 abr. 2021.

ZANON, B. P. *et al.* Comunicação de más notícias em pediatria: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, p. 1-11, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reben/v73s4/pt_0034-7167-reben-73-s4-e20190059.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

ANÁLISE DA REDUÇÃO NA PROPORÇÃO DE CURA DE NOVOS CASOS DE HANSENÍASE NO BRASIL

OLIVEIRA, B. A.¹; PIOVEZAN, P.¹; D'AGOSTINI, F. M.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Hanseníase é uma doença de notificação compulsória, causada pela *Mycobacterium leprae* (LIMA, 2017), bactéria que provoca diminuição ou perda da sensibilidade térmica, dolorosa e da força muscular nos membros, conferindo alto poder de gerar incapacidades e deformidades físicas (PESSOA, 2019). Neste contexto, a redução tanto da notificação de novos casos de Hanseníase, quanto na taxa de cura dos pacientes, incita atenção. **Objetivo:** Objetivase identificar os fatores primários associados a redução nas taxas de cura desta patologia, bem como, analisar a problemática vigente consoante literatura já publicada. **Metodologia:** Partindo de pesquisa exploratória na base de dados Google Acadêmico, foram selecionados artigos e monografias baseados nos descritores “Hanseníase”, “Tratamento” e “Cura”. Após atribuição de prioridades aos atuais, sete trabalhos, no idioma português, foram incluídos, publicados entre 2010 e 2021. **Resultados:** Constata-se, no Brasil, 27.864 novos casos de Hanseníase apenas em 2019, correspondente a 93% de todos os casos das Américas, e 13,7% dos globais registrados no ano, classificando-o como de alta endemicidade por ser o primeiro no mundo em registros de novos casos por habitante (BRASIL, 2021). Ademais, nota-se determinantes que corroboraram a atenuação na taxa de cura da Hanseníase, como redução na taxa de diagnósticos anualmente e a consequente detecção tardia da doença (SALGADO, 2021). Segundo Boletim Epidemiológico da Hanseníase de 2021, entre os anos de 2015 e 2019, foram diagnosticados, no Brasil, 137.385 casos novos da doença, uma média de 27.477 por ano. Porém, no ano de 2020, esse número reduziu em 49,8%, equivalente a apenas 13.807 casos confirmados. Logo, nos anos subsequentes, espera-se que, caso ocorra o diagnóstico desses possíveis pacientes, ele tende a ser tardio, possibilitando o surgimento de um grau de incapacidade funcional (IF) maior, dificultando o processo de cura (SOUZA *et al.*, 2018). Outrossim, o Boletim Epidemiológico ressalta a crise no abastecimento de antibióticos utilizados no tratamento poliquimioterápico (PQT), devido à pandemia de Covid-19. Por conseguinte, como não há um tratamento eficaz, as taxas de cura são reduzidas, visto que em 2012 era de 85,9%, e em 2019 apresentou-se em 79,4%. Para mais, pelo valor desta taxa assistir à avaliação da qualidade da atenção e do acompanhamento dos casos novos diagnosticados, bem como à efetividade do tratamento, tal percentual deve apresentar-se proeminente. Como parâmetro de cura, a OMS classifica como: $\geq 90\%$ bom; entre 75 a 89,9% regular; e $< 75\%$ precário. O atual valor nacional (79,4%) é regular, porém decresce incessantemente (BRASIL, 2021). Dessarte, ressalta-se a relevância do controle da propagação da doença com notificações obrigatórias e rígidas, mesmo em períodos de pandemia, em razão da acentuada disseminação, como alternativa imprescindível para a correção

da taxa no país. **Conclusão:** Posto isto, evidencia-se que a precariedade da integração dos serviços de saúde, somados a dificuldade da notificação e controle da doença, impossibilitam a sociedade de receber serviços como diagnóstico precoce, início imediato do tratamento, e ainda, informação e educação sobre a patologia, fatores medulares no processo de cura (PESSOA, 2019). Assim, a busca pelo aumento da taxa de cura é uma ação multidisciplinar e crucial para melhor qualidade da atenção e acompanhamento dos pacientes.

Palavras-chave: Hanseníase. Redução. Cura.

bruna2210oliveira@gmail.com.br

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégia Global Aprimorada para Redução Adicional da Carga da Hanseníase (2011-2015)** - Diretrizes Operacionais (Atualizadas). Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010. 70 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Hanseníase 2021**. Brasília, DF: 2021. 56 p. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/fevereiro/12/boletim-hanseniase-_25-01.pdf. Acesso em: 04 abr. 2021.

LIMA, Renann Keiji Murakami. **Estratégias para a redução da carga de hanseníase no contexto amazônico, uma abordagem multiprofissional**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Especialização em Saúde da Família) - UNASUS/UFSCPA, Santarém, Pará, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Estratégia Global para Hanseníase 2016-2020 Aceleração rumo a um mundo sem hanseníase**. 2016. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/208824/9789290225201-pt.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2021.

PESSOA, Márcia Maria Solino Freitas de Souza. **Hanseníase no Brasil: uma revisão literária, nos anos de 2014 a 2019**. 2019. 45 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SALGADO, Claudio. 93% dos novos casos de Hanseníase diagnosticados nas Américas são do Brasil, aponta Ministério da Saúde. [Entrevista concedida a] Laís Modelli. **Portal G1**. 12 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2021/02/12/93percent-dos-novos-casos-de-hanseniase-diagnosticados-nas-americas-sao-do-brasil-aponta-ministerio-da-saude.ghtml>. Acesso em: 04 abr. 2021.

SOUZA, Eliana Amorim de *et al.* Vulnerabilidade programática no controle da hanseníase: padrões na perspectiva de gênero no Estado da Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 34, p. 1-14, jan. 2018.

ANÁLISE DOS MOTIVOS DO MOVIMENTO ANTIVACINAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

CASARA, A. F. M.¹; ZANATTA, G.¹; LENGOWSKI, M. E.¹; BONAMIGO, E. L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A vacina é um produto biológico que estimula a imunidade ativa. Constitui importante ferramenta do sistema de saúde e, através do PNI (Programa Nacional de Imunização), tornou-se mais acessível e eficaz contra a disseminação de diversas doenças. Porém, há uma antiga contraposição na sociedade que recrudescer no cenário da atual pandemia: os movimentos antivacina. **Objetivo:** Identificar por meio de revisão bibliográfica, as motivações dos grupos antivacina no país e abordar, brevemente, suas consequências. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão de artigos científicos, sendo encontrados 11 e incluídos os seis mais relevantes, referentes ao período de 2018 a 2021, indexados nas bases de dados Google Acadêmico, PubMed, Scielo e The Lancet, compreendendo publicações em inglês e português. **Resultados:** Através do PNI, o Brasil pôde firmar a vacinação de todo o espectro etário, mas, com o advento de grupos antivacina, a cobertura vacinal desintegra-se progressivamente, perpetuando a exposição de todas as camadas da sociedade. (COUTO; BARBIERI; MATOS, 2021). As predominantes vertentes dessa recusa vacinal são o medo dos efeitos colaterais, a desinformação, as experiências passadas e a própria cultura do indivíduo que, por vezes, se sobrepõem à obrigatoriedade e ao bom senso de se vacinar (APS *et al.*, 2018; NASSARALLA *et al.*, 2019). A falta de informações corretas em relação ao funcionamento da vacina no organismo e seus possíveis efeitos pós-aplicação, influenciam negativamente na adesão ao procedimento, reduzindo a proteção individual e coletiva geradas pela imunização (COUTO; BARBIERI; MATOS, 2021). No contexto da pandemia da Covid-19, o panorama não é diferente. O desenvolvimento dos imunizantes foi visto como uma chance de vitória contra a doença, porém as incertezas diante de um novo vírus em rápida ascensão incitam sentimentos de recusa e insegurança. Associado a isso, a divulgação midiática acerca cumpre relevante papel na propagação de informações, que podem persuadir e moldar opiniões, sobretudo *fake news*, pós-verdades, sensacionalismos e vieses, ampliando o risco da popularização da hesitação vacinal (MAGALHÃES *et al.*, 2021; VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL, 2020). Figueiredo *et al.* (2020) demonstraram indiretamente como o movimento antivacina atingiu dimensões globais no Brasil em que se observou reduções nos indicadores da crença na segurança vacinal e eficácia que variaram de 73% para 63% e 75% para 56%, respectivamente. Paralelamente, na hodierna situação pandêmica, a negligência à vacinação e a difusão de argumentações não cientificamente embasadas trazem consequências imensuráveis ao povo, como o desbalanço entre o individual e o coletivo, ressaltando-se que, sem a imunidade de rebanho, há proteção individual, mas ausência da proteção indireta de pessoas suscetíveis (prematuros, gestantes, imunocomprometidos) (COUTO; BARBIERI; MATOS, 2021). **Conclusão:** Faz-

se necessário, portanto, fortalecer a educação em saúde, mediante reforço das campanhas de vacinação e ações de esclarecimento por profissionais da saúde frente à insegurança populacional assessorada por grupos antivacina. Além disso, urge o combate ao efeito antagônico das *fake news* e inverdades sobre vacinação, as quais colaboram para a desinformação popular e hesitação vacinal, prejudicando o desenvolvimento da imunidade coletiva.

Palavras-chave: Movimento Antivacina. Grupos Antivacinação. Infecções por Coronavírus.

guilherme.zanatta@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

- APS, Luana Raposo de Melo Moraes; PIANTOLA, Marco Aurélio Floriano; PEREIRA, Sara Araujo; CASTRO, Julia Tavares de; SANTOS, Fernanda Ayane de Oliveira; FERREIRA, Luís Carlos de Souza. Eventos adversos de vacinas e as consequências da não vacinação: uma análise crítica. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, p. 1-13, abr. 2018. Disponível em: <http://www.rsp.fsp.usp.br/artigo/eventos-adversos-de-vacinas-e-as-consequencias-da-nao-vacinacao-uma-analise-critica/>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- COUTO, Marcia Thereza; BARBIERI, Carolina Luisa Alves; MATOS, Camila Carvalho de Souza Amorim. Considerações sobre o impacto da covid-19 na relação indivíduo-sociedade: da hesitação vacinal ao clamor por uma vacina. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 1, e200450, mar. 2021. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sausoc/2021.v30n1/e200450/>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- FIGUEIREDO, Alexandre de; SIMAS, Clarissa; KARAFILLAKIS, Emilie; PATERSON, Pauline; LARSON, Heidi J. Mapping global trends in vaccine confidence and investigating barriers to vaccine uptake: a large-scale retrospective temporal modelling study. **The Lancet**, v. 396, n. 10255, p. 898-908, set. 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)31558-0/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)31558-0/fulltext). Acesso em: 02 abr. 2021.
- MAGALHÃES, Cristiane Rosa; VELASCO, Fernanda Zerbinato Bispo; PEDROZA, Grazielle de Assis Rosa; SILVESTRE, Melissa Germano Pereira; BATISTA, Isis Gracielle da Silva. Pesquisa sobre o movimento antivacina, realizada nos projetos de extensão do técnico de enfermagem do CEFET-RJ, durante a pandemia. **Expressão extensão**, v. 26, n. 1, p. 400-410, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/19613>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- NASSARALLA, Ana Paula Amaral; DOUMIT, Arthur Marinho; MELO, Caio Freitas; LÉON, Lucas Caldas; VIDAL, Rafael Augusto Reis; MOURA, Léa Resende. Dimensões e consequências do movimento antivacina na realidade brasileira. **Revista Educação em Saúde**, v. 7, p. 120-125, suplemento 1, mar. 2019. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/educacaoem-saude/article/view/3813>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- VASCONCELLOS-SILVA, Paulo Roberto; CASTIEL, Luis David. COVID-19, as fake news e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 7, e00101920, jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n7/e00101920/pt/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

ANQUILOGLOSSIA E DIFICULDADES NO ALEITAMENTO MATERNO

MARAFIGA, R. A.¹; OBREGON, K. M. O.²; LUTZ, E.³

¹ Discente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Discente do Curso de Odontologia, Área das Ciências da Vida e Saúde - Faculdade Cnec Santo Ângelo - RS.

³ Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Uma afecção popularmente conhecida como “língua presa”, a anquiloglossia é uma anomalia congênita na qual a língua está anormalmente conectada ao assoalho da cavidade oral, obtendo, assim, baixo grau de mobilidade (HILL, 2019). Essa condição pode trazer prejuízos ao binômio materno-fetal. Frequentemente traz problemas na amamentação, com dificuldade na retirada do leite e interfere no ganho de peso do lactente. É comprovado inúmeros benefícios do aleitamento materno exclusivo nos primeiros 6 meses de vida, registra-se média apenas 40 a 50 dias de aleitamento para recém-nascidos no Brasil (NETO JÚNIOR *et al.*, 2016). **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo descrever as principais desordens que a anquiloglossia pode causar no binômio materno-fetal. **Metodologia:** Para tanto, utilizou-se uma pesquisa descritiva baseada em revisão bibliográfica, sendo selecionados artigos científicos disponíveis na base de dados do PUBMED e Scielo. **Resultados:** Especialistas ainda não chegaram a um consenso sobre a importância do reconhecimento e tratamento da anquiloglossia na população pediátrica (HILL, 2019). Muitos médicos acreditam que essa anomalia é incomum, apesar de evidências sugerirem o contrário. Uma queixa frequente de lactantes é com relação a significativa dor nos mamilos e problemas com a pega do bebê na mama. Nesse sentido, uma das principais causas para a interrupção da amamentação é essa queixa de desconforto nos mamilos, que tem como relevante etiologia a anquiloglossia (WONG *et al.*, 2017). Outros fatores que sugerem a presença dessa patologia são: maior fadiga do bebê durante a amamentação com esvaziamento incompleto da mama, tempo prolongado de amamentação, ganho de peso insuficiente do bebê, maior necessidade de extração manual do leite materno, sangramento dos mamilos, ductos de leite entupidos, presença de mastite, entre outros (RISKIN *et al.*, 2014). Recente estudo de coorte aprova a correção da anquiloglossia, a frenectomia, para melhorar a amamentação e diminuir a dor materna durante o ato de sucção do bebê (MULDOON *et al.*, 2017). Outro fator que preocupa é em relação a saúde mental dessas mães: elas apresentam dificuldades emocionais pela luta travada para amamentar seus filhos com anquiloglossia. Causa questionamentos sobre si mesmas e sobre suas habilidades para amamentar. Orientações conflitantes e diferentes conselhos repassados por profissionais de saúde causam sentimentos de ansiedade e emoções negativas sobre a amamentação (WAKELIN; HOWE; FLEETCROFT, 2017). Um fato que implica em dificuldades para detecção precoce dessa anomalia é que não há evidências de uma ferramenta universal de avaliação padrão-ouro para seu diagnóstico. Esse é um dos motivos pelo qual a doença é subestimada, pela imprecisão do diagnóstico (FRAGA, 2020). **Conclusão:** Verificou-se o desconhecimento e dificuldade de manejo

dessa com implicações tanto para o crescimento e desenvolvimento do neonato quanto para o bem-estar da mãe. Ademais, a falta de informação a respeito de sua prevalência na população impede que maiores esforços sejam aplicados para resolução desta patologia.

Palavras-chave: Anquiloglossia. Aleitamento materno. Anomalia congênita.

rodrigo_marafiga10@hotmail.com

REFERÊNCIAS

- FRAGA, M. R. B. A. *et al.* Is the Occurrence of Ankyloglossia in Newborns Associated with Breastfeeding Difficulties? **Breastfeeding medicine**, v. 15, n. 2, fev. 2020.
- HILL, R. Implications of Ankyloglossia on Breastfeeding. **The American journal of maternal child nursing**, v. 44, n. 2, p. 73-79, 2019.
- MULDOON, K. *et al.* Effect of frenotomy on breastfeeding variables in infants with ankyloglossia (tongue-tie): A prospective before and after cohort study. **BMC Pregnancy & Childbirth**, v. 17, n. 1, p. 373, 2017.
- NETO JÚNIOR, J. R. *et al.* **Considerações sobre anquiloglossia e tipos de frenectomia**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia) - Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, MG, 2016.
- RISKIN, A. *et al.* Tongue-tie and breastfeeding in newborns-mothers' perspective. **Breastfeeding Medicine**, v. 9, n. 9, p. 430-37, 2014.
- WAKELIN, R.; HOWE, A.; FLEETCROFT, R. Tongue-tie and breastfeeding: Identifying problems in the diagnostic and treatment journey. **British Journal of Midwifery**, v. 25, n. 9, p. 579-584, 2017.
- WONG, K. *et al.* Breastfeeding infants with ankyloglossia: Insight into mothers' experiences. **Breastfeeding Medicine: The Official Journal of the Academy of Breastfeeding Medicine**, v. 12, n. 2, p. 86-90, 2017.

ASSOCIAÇÃO DE DISRUPTORES ENDÓCRINOS E A SÍNDROME DO OVÁRIO POLICÍSTICO

SALDANHA, G.¹; RIGOTTI, L.¹; D'AGOSTINI, F.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A síndrome do ovário policístico (SOP) faz parte das endocrinopatias que atingem mulheres em idade fértil, caracterizada pela anovulação crônica, hiperandrogenismo e irregularidade menstrual. A SOP, desordem complexa e multigênica, está intrinsecamente relacionada aos hábitos de vida e fatores ambientais. Estudos mostram que poluentes interferem em vários processos do nosso corpo, incluindo processos hormonais. Disruptores endócrinos (DEs) como bisfenol A, ftalatos e pesticidas organoclorados são potenciais xenormônios, mostrando a associação com aumento na chance de desenvolver a SOP em mulheres expostas. **Objetivo:** O objetivo desse estudo foi avaliar a correlação entre o aumento na probabilidade de desenvolver a SOP e à exposição a poluentes. **Metodologia:** Tratou-se de uma revisão de artigos científicos publicados entre os anos de 2011 e 2020 nas bases de dados SCIELO e Google Acadêmico. Foram utilizados os descritores “síndrome do ovário policístico” e “fatores ambientais”. Entre os vinte estudos encontrados, sete eram relacionados com a exposição dos disruptores, encontrados em poluentes, que afetam o eixo ovariano da hipófise-hipotalâmica, sendo utilizados para a confecção da revisão literária. **Resultados:** Compostos sintéticos como os DEs resistem a processos de excreção do organismo, submetendo o indivíduo a contaminação por longa duração. Como os desreguladores endócrinos são comumente encontrados em plásticos, comidas e bebidas enlatadas, fica evidente a influência do meio ambiente em síndromes metabólicas, como a SOP (TRINCA, 2020). Foi constatado que mulheres com SOP apresentavam concentrações urinárias de monobenzil ftalatos menores do que a do grupo controle, ratificando a relação entre SOP e a exposição a poluentes, entretanto somente estudos futuros poderão elucidar esses achados preliminares (VAGI *et al.*, 2014; ZHANG *et al.*, 2020). Os mesmos pesquisadores trouxeram os pesticidas organoclorados e o bisfenol A como substâncias capazes de mimetizar a ação de estrogênio e antagonizar a testosterona, podendo alterar a secreção do hormônio foliculo estimulante e do hormônio luteinizante (AKIN *et al.*, 2015; KANDARAKI *et al.*, 2011). Os estudos mostram que a relação entre a SOP e poluição do meio ambiente não só é real, como negativa, trazendo consequências para as mulheres expostas como infertilidade, resistência à insulina, diabetes mellitus, hipertensão, obesidade e baixa aptidão física. Ressalta-se que alguns desses fatores podem estar não só relacionados aos hábitos de vida, mas também podem ser mudados por eles (SANTOS *et al.*, 2019; TARANTINO *et al.*, 2013). **Conclusão:** A maioria das pesquisas traz como cerne da problemática os hábitos de vida, além da influência ambiental, para o desenvolvimento dos determinantes de infertilidade e disfunção

metabólica apresentadas na síndrome. A exposição gera o acúmulo de químicos nocivos como estrógenos artificiais e outros xenormônios que resistem à excreção. Assim, ocorre as alterações hormonais e metabólicas que explicam o aumento da probabilidade do desenvolvimento da síndrome. Entretanto, é necessário que mais estudos avaliem a relação dos poluentes ambientais e a SOP para que seja possível estabelecer a Saúde Única que prevê a saúde humana, o ambiente e a adoção de políticas públicas efetivas.

Palavras-chave: Síndrome do ovário policístico. Fatores de risco. Meio ambiente.

laura_rigotti@hotmail.com

REFERÊNCIAS

AKIN, Leyla *et al.* The endocrine disruptor bisphenol A may play a role in the aetiopathogenesis of polycystic ovary syndrome in adolescent girls. **Acta Paediatrica**, v. 104, n. 4, p. e171-e177, 2015.

KANDARAKI, Eleni *et al.* Endocrine disruptors and polycystic ovary syndrome (PCOS): elevated serum levels of bisphenol A in women with PCOS. **The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism**, v. 96, n. 3, p. E480-E484, 2011.

SANTOS, Thaís Silva *et al.* ASPECTOS NUTRICIONAIS E MANEJO ALIMENTAR EM MULHERES COM SÍNDROME DOS OVÁRIOS POLICÍSTICOS. **Revista Saúde em Foco**, 11. ed., p. 649-669, 2019.

TARANTINO, Giovanni *et al.* Bisphenol A in polycystic ovary syndrome and its association with liver-spleen axis. **Clinical endocrinology**, v. 78, n. 3, p. 447-453, 2013.

TRINCA, Heloísa de M. **Determinação in vitro da toxicidade oral aguda do Bisfenol A pelo ensaio de vermelho neutro**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel e Licenciatura em Ciências Biológicas) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", São Paulo, 2020.

VAGI, Sara J. *et al.* Exploring the potential association between brominated diphenyl ethers, polychlorinated biphenyls, organochlorine pesticides, perfluorinated compounds, phthalates, and bisphenol a in polycystic ovary syndrome: a case-control study. **BMC endocrine disorders**, v. 14, n. 1, p. 1-12, 2014.

ZHANG, Bingqian *et al.* Lifestyle and environmental contributions to ovulatory dysfunction in women of polycystic ovary syndrome. **BMC endocrine disorders**, v. 20, n. 1, p. 19, 2020.

BEBIDA ALCÓOLICA E GESTAÇÃO, ASSOCIAÇÃO NADA SAUDÁVEL

PERONDI, C. K.¹; DEBIASI, M. M.²

¹ Discente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A síndrome alcoólica fetal (SAF) é caracterizada por alterações físicas e cognitivas em indivíduos expostos ao álcool no período gestacional. No Brasil, o uso de bebidas alcoólicas é cada vez maior, inclusive durante o período gestacional. Diante destes dados, é importante debater sobre os malefícios causados pelo álcool durante a gravidez e estimular os profissionais da saúde a conhecerem mais sobre a temática. **Objetivo:** Nesse sentido, o objetivo desse estudo foi debater sobre o tema para demonstrar que a informação e a prevenção, para agravantes como SAF, ainda são as melhores táticas. **Metodologia:** Foram selecionados artigos que abordassem síndrome alcoólica fetal, a partir dos termos de busca: álcool, gravidez e síndrome, por meio da plataforma Google Acadêmico. Obteve-se inicialmente um total de 15 artigos, onde destes, após serem utilizados os filtros: idioma selecionado, português, no período de 2014 a 2019, reduziu para um total de cinco artigos e um trabalho de conclusão de curso. **Resultados:** Os resultados obtidos evidenciaram que o consumo de álcool durante a gravidez é prejudicial tanto para a mãe quanto para o feto, trazendo complicações a longo prazo, que muitas vezes não são diagnosticadas de início ou são confundidas com outras patologias. Ademais, a maioria dos prontuários das gestantes não contém informações sobre o uso de bebidas alcoólicas (MORAES; CARVALHO, 2014), seja por descuido dos profissionais da saúde ou por ser uma “doença de negação” (TEIXEIRA *et al.*, 2019), pois muitas pacientes preferem esconder seu uso. Dessa forma, o diagnóstico pode demorar e deixar sequelas graves nos recém-nascidos, já que muitos dos sinais clínicos são inespecíficos para a síndrome alcoólica fetal e podem não se manifestar após o nascimento. Infelizmente não existe uma incidência específica para esse agravante, sendo que no Brasil, de acordo com os dados coletados podem alternar de 2 a 10 casos para cada 1000 nascimentos, variando de 3000 até 9000 novos casos por ano (FREITAS, 2019). Outrossim ao questionar sobre os malefícios do álcool sobre a saúde fetal cerca de 20% das mulheres grávidas não tinham conhecimento acerca disso (TEIXEIRA *et al.*, 2019). Dentre os sintomas mais relatados estão a diminuição do crescimento, baixo peso corporal (MENDONÇA; CUNALI; MENDONÇA, 2014), dimorfismos faciais (fissura palpebral curta, lábio superior fino e filtro nasal liso), retardo mental (PEREIRA; VILEICAR; UCHÔA, 2018) e alterações cognitivas, que dificultam a aprendizagem, causam hiperatividade e dificuldades de relacionamento interpessoal. Além dos sintomas clássicos, a SAF pode desencadear ansiedade, depressão, tendências suicidas, irritabilidade em crianças a partir dos 4 anos de idade, lesão de mitocôndrias, atrasos no desempenho verbal e visual (BAKARGI, 2017). **Conclusão:** Diante desses resultados, fica evidente a necessidade de desenvolver campanhas preventivas sobre o uso de álcool concomitantemente ao nonamestre gestacional, também capacitar os profissionais da saúde

para que possam identificar os casos com maior facilidade. Logo, percebe-se que a orientação é decisiva para obtenção de resultados promissores, visto que o álcool pode ser considerado teratogênico e pode ser uma arma química nas mãos de indivíduos que não sabem fazer uso deste. Palavras-chave: Álcool. Gestação. Síndrome.

camila.perondi@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

- BAKARGI, G. M. L. Repercussões cognitivas e comportamentais pela exposição ao álcool durante a gestação. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, v. 17, n. 1, p. 53-61, 2017.
- FREITAS, P. A. **Síndrome Alcoólica Fetal: Uma revisão integrativa**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Fisioterapia) - Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, CE, 2019.
- MENDONÇA, G. R. F.; CUNALI, V. C. A.; MENDONÇA, D. S. O. Síndrome alcoólica fetal - relato de caso clínico. **Revista Residência Pediátrica**, v. 4, n. 3, p. 103-105, 2014.
- MORAES, L. F.; CARVALHO, R. H. S. B. F. Álcool, Gravidez e Síndrome Alcoólica Fetal: uma proposta de educação em saúde. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, v. 5, n. 1, p. 1-8, 2014.
- PEREIRA, L. M.; VILEICAR, D. C.; UCHÔA, M. M. A. Neuroreabilitação com o Método Padovan® em recém-nascidos com síndrome alcoólica fetal: relato de 2 casos. **Journal of Health Biological Sciences**, v. 6, n. 2, p. 214-216, 2018.
- TEIXEIRA, P. C. *et al.* Síndrome alcoólica fetal e consequências para o feto: A perspectiva materna sobre a ingestão de álcool na gravidez. **Saúde Coletiva**, v. 9, n. 50, p. 1873-1880, 2019.

COMUNICAÇÃO DE MÁIS NOTÍCIAS: A FORMAÇÃO MÉDICA E O USO DE PROTOCOLOS PARA EFETIVÁ-LA

VARELA, D.¹; GIONGO, M. A. B.¹; RIBEIRO, M. E. B.¹; MARIN, N. R.¹; BONAMIGO, E. L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A morte é certa para todos, mas os seus fatores condicionantes podem gerar desconforto e angústia ao paciente e familiares. Conforme Buckman (1992) a notícia difícil é entendida como desencadeadora de sensações desagradáveis aliadas à patologia e ao prognóstico; também salienta a forte associação que existe entre assistência médica e relação médico-paciente. Dessarte, a comunicação eficaz irá transmitir de forma efetiva ao paciente seu diagnóstico e suas condições de tratamento, dentro de suas exigências de compreensão da doença. **Objetivo:** Descrever a dificuldade na comunicação de más notícias pelos médicos, contextualizadas com o conhecimento de protocolos para auxílio do profissional e as metodologias de aprendizado. **Metodologia:** Revisão bibliográfica a partir da coleta de dados nos periódicos SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores “más notícias”, “protocolos” e “comunicação”, publicados no período de 1992 a 2019. **Resultados:** Foram encontrados 16 artigos referentes ao assunto e selecionados os 7 mais pertinentes para a elaboração do trabalho. De acordo com Pereira, Fortes e Mendes (2013), foram elaborados protocolos técnicos que oferecem aos profissionais de saúde auxílio para transmitir notícias consideradas desfavoráveis ao paciente e torná-la menos traumática. O protocolo SPIKES é composto por seis passos que ajudarão o médico a manter-se seguro durante a conversa com o paciente: *Setting up* (preparação); *perception* (percebendo o paciente); *invitation* (convidando para o diálogo); *knowledge* (transmitindo informações); *emotions* (expressando emoções com empatia); *strategy and summary* (resumindo e organizando as estratégias) (BUCKMAN, 1992; CRUZ; RIERA, 2016). Em concordância com Pereira *et al.* (2017), para adequar o protocolo SPIKES à realidade brasileira, foi criado o protocolo P-A-C-I-E-N-T-E, com os mesmos objetivos que seu antecessor, porém com sete passos, sendo que o passo extra exprime sobre não abandonar o paciente e assegurar que será monitorado adequadamente. Conforme Camargo *et al.* (2019), as formas de ensino dos protocolos em universidades podem ser divididas em metodologias ativas, como as simulações de atendimento, e metodologias passivas, por meio de aulas e testes teóricos. Ainda, existem abordagens mistas, que estudam o assunto de maneira teórica e prática, e o aprendizado através de fóruns para a interação entre os alunos. Porém, apesar de haver diversos modelos de aprendizagem, o ensino durante a graduação foi considerado precário pela maior parte dos médicos e, conforme constatado pelo estudo de Lech, Destefani e Bonamigo (2013), a maioria dos médicos avaliou como insuficiente o aprendizado sobre a revelação de más notícias aos pacientes durante a graduação médica, apontando para a lacuna no aprendizado durante a formação. Em contraste, um estudo com graduandos de Medicina que tiveram a teoria do Protocolo SPIKES obteve

resposta positiva de todos em relação ao valor desse método para a atuação profissional (LINO *et al.*, 2011). **Conclusão:** Desse modo, é evidente a relevância do aprendizado da comunicação de más notícias, e que os protocolos contribuem para uma comunicação eficaz, porém, ainda se faz necessário o exercício diário da empatia durante a revelação e da construção de uma boa relação médico-paciente, tendo em vista os impactos gerados no cotidiano do enfermo.

Palavras-chave: Más notícias. Relação médico-paciente. Comunicação. Protocolos.

elcio.bonamigo@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

BUCKMAN, Ronald. **Breaking Bad News: A Guide for Health Care Professionals**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992.

CAMARGO, Nicole Cavalari; LIMA, Marcelo Gonçalves de; BRIETZKE, Elisa; MUCCI, Samantha; GÓIS, Aécio Flávio Teixeira de. Ensino de Comunicação de Más Notícias: Revisão Sistemática. **Revista Bioética**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 326-340, abr./jun. 2019.

CRUZ, Carolina de Oliveira; RIERA, Rachel. Comunicando Más Notícias: O Protocolo SPIKES. **Revista Diagnóstico e Tratamento**, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), v. 21, n. 3, p. 106-8, 2016.

LECH, Simone Solange; DESTEFANI, Amanda dos Santos; BONAMIGO, Elcio Luiz. Percepção dos Médicos Sobre Comunicação de Más Notícias ao Paciente. **Unoesc & Ciência (ACBS)**, Joaçaba, v. 4, n. 1, p. 69-78, jan./jun. 2013.

LINO, Carolina Arcanjo; AUGUSTO, Karine Lustosa; OLIVEIRA, Rafael Andrade Santiago de, FEITOSA, Leonardo Bezerra, CAPRARA, Andrea. Uso do Protocolo Spikes no ensino de habilidades em transmissão de más notícias. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Fortaleza, v. 35, n. 1, p. 52-57, jan./mar. 2011.

PEREIRA, Ana Teresa Galante; FORTES, Isa Filipa Louro; MENDES, João Manuel Galhanas. Comunicação de más notícias: Revisão sistemática da literatura. **Revista de Enfermagem UFPE online**, Recife, v. 7, n. 1, p. 227-235, jan. 2013.

PEREIRA, Carolina Rebello; CALÔNIGO, Marco Antônio Marchetti; LEMONICA, Lino; BARROS, Antônio Moreira de. The P-A-C-I-E-N-T-E Protocol: An instrument for breaking bad news adapted to the Brazilian medical reality. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 63, n. 1, p. 43-49, 2017.

DISBIOSE DA MICROBIOTA INTESTINAL RELACIONADA À DOENÇA DE ALZHEIMER E MEDIDAS DE PROFILAXIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

RODRIGUES, A. C.¹; BAZZO, G. O.¹; QUEIROGA, M. E. M.¹; D'AGOSTINI, F. M.²; FERNANDES, L. S.²; DEBIASI, M. M.²; LORENCETTE, N. A.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Estudos evidenciaram a existência da comunicação entre o trato gastrointestinal e o Sistema Nervoso Central (SNC). Entretanto, novos indícios permitem ampliar o conceito existente de eixo cérebro-intestino, já que as bactérias existentes no lúmen intestinal desempenham função primordial na intercomunicação com o SNC, para o eixo microbiota-intestino-cérebro. Logo, alterações da microbiota intestinal (MI) que causem um desequilíbrio deste eixo expressarão doenças neurodegenerativas como o Alzheimer. **Objetivo:** Relatar a relação entre o desequilíbrio da flora bacteriana com doenças neurodegenerativas, especificamente a doença de Alzheimer, buscando evidenciar medidas profiláticas. **Metodologia:** Foram pesquisados artigos científicos nas plataformas Scielo e PubMed nos idiomas português e inglês, com publicações entre 2014 e 2020. **Resultados:** A invariabilidade da MI propende a suceder na idade adulta. Conseqüente, existem probabilidades que o comportamento e função cerebral sejam impactados em decorrência da disbiose, em virtude de que a mielinização e a poda sináptica não cessam nesse período (GIAU *et al.*, 2018). Durante o envelhecimento, devido reações pró-inflamatórias crônicas e progressivas, ocorre o declínio progressivo da harmonia da MI, visto que podem ser testemunhadas alterações morfológicas típicas de pacientes acometidos pelo Alzheimer, como aumento do estresse oxidativos somado ao comprometimento do sistema imunológico e do acúmulo de placas amiloides (WANG; KASPER, 2014). Pacientes afetados pelo Alzheimer possuem índices elevados de lipopolissacarídeos (LPS), representantes de um intestino mais permeável, e, dado que a MI é apta a produzir e secretar estes, sugere-se, então, que ela participa na patogênese da doença. Além disso, pacientes acometidos pela Doença de Alzheimer apresentam índices reduzidos de ácido gama-amino butírico (GABA) no córtex temporal, parietal e frontal e, sendo a MI relacionada à formação de neurotransmissores (LA ROSA *et al.*, 2018), propõe-se assim, que as bactérias existentes no intestino, como a *Bifidobacterium* e a *Lactobacillus*, realizam o metabolismo do glutamato, formando GABA, este primordial para a cognição humana, e, portanto, um desequilíbrio da microbiota poderia interferir nos níveis de GABA no organismo (DI COSTANZO *et al.*, 2020). Ademais, determinadas bactérias que compõe a MI realizam a secreção no SNC de proteína amiloide, gerando o acúmulo de AB e elevando o risco de Alzheimer. Em contrapartida, grande parte da serotonina (5-HT), fundamental para regular a função cognitiva, é produzida no intestino, o que eleva os índices extracelulares desta, podendo reduzir de forma efetiva a formação da placa AB e a probabilidade de desenvolvimento do Alzheimer (HU; WANG; JIN, 2016). Considera-se então,

que fatores não genéticos ambientais estão atrelados aos genes de suscetibilidade genética para elevar a patogênese do Alzheimer, tornando-os, atualmente, mais importantes que os fatores genéticos. Finalmente, a manutenção de uma flora intestinal e a ingestão moderada de glúten e açúcar, além de desacelerar o declínio cognitivo minimiza o risco de Alzheimer (NESI; FRANCO; CAPEL, 2020). **Conclusão:** Constata-se que, embora não sejam totalmente conhecidos, há, nos mecanismos que modulam as interações intestino-cérebro um envolvimento imune, endócrino e neuronal, que podem agravar inflamações e aumentar o acúmulo de placas AB. Portanto, quando a MI está disbiótica podem ocorrer alterações cognitivas.

Palavras-chave: Disbiose intestinal. Microbiota. Doença de Alzheimer. Profilaxia.

duuda_queiroga@hotmail.com

REFERÊNCIAS

DI COSTANZO, A. *et al.* Blood biomarkers indicate that the preclinical stages of Alzheimer's disease present overlapping molecular features. **Sci Rep.**, v. 10, n. 1 p. 15612, 2020. DOI:10.1038/s41598-020-71832-y.

GIAU, V.V. *et al.* Gut Microbiota and Their Neuroinflammatory Implications in Alzheimer's Disease. **Nutrients**, v. 10, n. 11, p. 1765, 2018. DOI: 10.3390/nu10111765. PMID: 30441866; PMCID: PMC6266223.

HU, X.; WANG, T.; JIN, F. Alzheimer's disease and gut microbiota. **Sci China Life Sci**, v. 59, n. 10, p. 1006-1023, 2016. DOI: 10.1007/s11427-016-5083-9. Epub. PMID: 27566465.

LA ROSA, F. *et al.* The Gut-Brain Axis in Alzheimer's Disease and Omega-3. A Critical Overview of Clinical Trials. **Nutrients**, v. 10, n. 9, p. 1267, 2018. DOI: 10.3390/nu10091267. PMID: 30205543; PMCID: PMC6164598.

NESI, G. A.; FRANCO, M. R.; CAPEL, L. M. M. A disbiose da microbiota intestinal, sua associação no desenvolvimento de doenças neurodegenerativas e seus possíveis tratamentos. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], v. 6, n. 8, p. 63306-63326, 2020.

WANG, Y.; KASPER, L. H. The role of microbiome in central nervous system disorders. **Brain Behav Immun**, v. 38, n. 1-12, 2014. DOI: 10.1016/j.bbi.2013.12.015. Epub. PMID: 24370461; PMCID: PMC4062078.

DISTANÁSIA: UM MALEFÍCIO A SER EVITADO

ROSA, L. C.¹; FERREIRA, L.¹; MARQUES, A. O.¹; SALDANHA, G. G.¹; BONAMIGO, E. L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Distanásia significa o prolongamento excessivo da vida do paciente em fase terminal por meio de tratamentos tecnológicos que tornam a conduta questionável. A adoção de critérios adequados, por meio de concepção multidisciplinar, na manutenção ou retirada de tratamentos é uma questão de justiça. Estratégias para garantir uma morte digna a partir de princípios bioéticos, como a beneficência, não-maleficência e justiça-equidade precisam ser explanadas. **Objetivo:** Discutir a problemática da vivência dos profissionais da saúde sobre conservação do suporte de vida oferecido aos pacientes terminais. **Metodologia:** Tratou-se de uma revisão de estudos realizados entre os anos de 1996 e 2019 nas bases de dados SCIELO e Google Acadêmico. Foram utilizados os descritores “distanásia” e “bioética”. Entre os dez estudos encontrados, sete foram específicos, sendo utilizados para a confecção da revisão literária. **Resultados:** O direito de morrer de maneira digna está cada vez mais em evidência, pois se trata de um princípio que protege a dignidade humana (LIMA, 2018). A distanásia tende a valorizar e quantificar de maneira excessiva o tempo de vida restante, investindo em tratamentos que falham em resolver a causa base da doença, apenas prolongando o processo de morte e com ele o sofrimento do paciente e da família, ferindo os princípios da bioética (SANTIAGO, 2019). A temática da distanásia é um obstáculo ao profissional da saúde, pois identificar o momento adequado para interromper os esforços curativos, incluindo discussões acerca da ordem de não-reanimar (ONR) é complexo (SANTIAGO, 2019). O médico precisa lidar com impotência diante da terminalidade da vida, compreendendo que sua manutenção não constitui sucesso profissional (FERREIRA; SOUZA; LIMA, 2011). Na ética do paradigma comercial-empresarial da medicina, a obstinação terapêutica segue outra racionalidade (PESSINI, 2009). A responsabilidade do médico não está somente em fortalecer a vida, mas também em oferecer cuidados paliativos, no momento em que a manutenção da vida não é mais favorável (MARREIRO, 2013). Ao analisar a origem desses entraves é possível apontar a educação médica precária sobre os cuidados paliativos, da frequente associação entre morte e fracasso profissional e da falta de reflexão sobre finitude humana (STOLZ *et al.*, 2011; BORSOI; TOMIELO; BONAMIGO, 2018). Compreende-se que é um desafio aprender a amar o paciente terminal sem exigir retorno, em um contexto onde tudo exige mérito (PESSINI, 1996). **Conclusão:** Distanásia fere os princípios da bioética por causar aflição ao paciente e à família. Desse modo, além da postura humanizada, o médico precisa de uma tomada de decisão mais adequada, com entendimento contemporâneo. As estratégias consistem em comunicar-se com o paciente com o reconhecimento dos desejos de cuidados em fim de vida, além de sugerir iniciativas relacionadas à educação profissional na prática médica no momento de fornecer cuidados paliativos e frente ao processo de terminalidade

da vida. Entre dois limites opostos: o de não matar e o de não deixar morrer, o médico deve compreender que não se trata de aptidão profissional, mas sim de compaixão, a qual possibilita uma morte digna.

Palavras-chave: Morte. Paciente terminal. Bioética. Direito a Morrer. Cuidados Paliativos.

giuugs@icloud.com

REFERÊNCIAS

BORSOI, André Luiz; TOMIELO, Fernanda Letícia; BONAMIGO, Elcio Luiz. Distanásia: ampliar a vida ou adiar a morte? *In: I Encontro de Saúde Mental. Anais [...]. [S.l.] n. 5, p. 45-46, 2018.*

FERREIRA, Ana Paula de Jesus; SOUZA, Luciene Jacinto de; LIMA, Adriana Aparecida de Faria. O profissional de saúde frente à distanásia: uma revisão integrativa. **Revista bioethikos**, Centro Universitário São Camilo, v. 5, n. 4, p. 462-469, 2011.

LIMA, Dienifer Indiáia. **Direito à saúde e distanásia**: uma reflexão sobre o direito humano à vida. 2018. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2018.

MARREIRO, Cecília Lôbo. Responsabilidade civil do médico na prática da distanásia. **Revista Bioética**, v. 21, n. 2, p. 308-317, 2013.

PESSINI, Leo. Distanásia: algumas reflexões bioéticas a partir da realidade brasileira. **Revista Bioética**, v. 12, n. 1, p. 30-60, 2009.

PESSINI, Leo. Distanásia: até quando investir sem agredir? **Revista Bioética**, v. 4, n. 1, p. 31-43, 1996.

STOLZ, Camila *et al.* Manifestação das vontades antecipadas do paciente como fator inibidor da distanásia. **Revista Bioética**, v. 19, n. 3, p. 833-845, 2011.

DOAÇÃO DE ÓRGÃOS: RECUSA FAMILIAR E SEUS DESDOBRAMENTOS

REBELATO, A.¹; SAGGIN, J.¹; SOUZA, M. M.¹; GRUBER, T. G.¹; BONAMIGO, E. L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Definido como um conjunto de ações e procedimentos que consegue transformar um potencial doador em doador efetivo, o processo de doação de órgãos é motivo de eterna gratidão àqueles que foram contemplados e de súplica aos que aguardam na longa fila de espera por transplantes. No Brasil, para a doação de órgãos e tecidos tornar-se efetiva, é necessário o consentimento familiar, conforme artigo 4º da Lei nº 10.211/2001, sendo que a recusa constitui um empecilho para o Sistema Nacional de Transplantes (BRASIL, 2001). **Objetivo:** Objetivou-se analisar os principais motivos que levam os familiares a recusarem a doação de órgãos de seu ente falecido. **Metodologia:** Tratou-se de uma revisão bibliográfica a partir de pesquisa exploratória no Google Acadêmico, com os termos de busca “doação de órgãos” e “recusa familiar na doação de órgãos”, considerando publicações a partir de 2005, em idioma português. **Resultados:** Foram incluídos os cinco artigos mais relevantes e uma lei. As principais causas de recusa familiar estão ligadas a diversos fatores, entre as quais: a não compreensão do diagnóstico da morte encefálica; o desconhecimento sobre a vontade do potencial doador; conceitos religiosos e despreparo do profissional que realizou a entrevista (DALBEM; CAREGNATO, 2014). A morte encefálica é um motivo frequente de recusa familiar, pois ainda é pouco compreendida pela população devido à dificuldade em reconhecer que uma pessoa com batimentos cardíacos possa estar morta (MORAES; MASSAROLLO, 2009). Ademais, tem-se também o desconhecimento sobre a vontade do potencial doador, pois, muitas vezes, os familiares nunca conversaram acerca de doação de órgãos, desconhecendo o desejo do paciente e decidindo pela não doação (ROSÁRIO *et al.*, 2013). Outro fator em destaque é a religião do indivíduo. A crença que Deus possa ressuscitar ou abençoar o paciente com um milagre é tão grande que o familiar, mesmo quando tem ciência da morte encefálica, prefere acreditar que o paciente vai melhorar (MORAES; MASSAROLLO, 2009). Destaca-se a importância da participação dos profissionais da área de saúde no repasse das informações aos familiares, pois quando entendem que não houve assistência no atendimento, ficam revoltados e a expressam recusando a doação de órgãos (PESSOA; SCHIRMER; ROZA, 2013). Por fim, considera-se necessário alterar a legislação sobre a doação de órgão dando mais autonomia ao doador para aumentar o número de doações (MORAES *et al.*, 2020). **Conclusão:** Conclui-se que os principais motivos de recusa são: crenças, choque pela perda do ente querido, desconhecimento da vontade do doador e dificuldade em compreender o diagnóstico de morte encefálica. Sendo assim, o sucesso do sistema de transplante de órgãos possui três vieses: preparação dos profissionais, conscientização da população e mudança da legislação. O papel dos profissionais aptos à captação de novos doadores é essencial, os quais necessitam capacitação plena para dar assistência às famílias enlutadas

durante o processo. Finalmente, infere-se a necessidade de mudança da legislação e organização de programas de instrução da população sobre o processo de morte encefálica e os benefícios da doação de órgãos.

Palavras-chave: Doação de órgãos. Recusa. Morte encefálica.

joanasaggin@outlook.com

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Lei n. 10.211, de 23 de março de 2001. Altera dispositivos da Lei n. 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que "dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10211.htm. Acesso em: 12 abr. 2021.

DALBEM, Giana Garcia; CAREGNATO, Rita Catalina Aquino. Doação de órgãos e tecidos para transplante: recusa das famílias. **Texto Contexto - Enfermagem**, v. 19, n. 4, p. 728-735, dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072010000400016&script=sci_arttext. Acesso em: 12 abr. 2021.

MORAES, Edvaldo Leal de; MASSAROLLO, Maria Cristina Komatsu Braga. Recusa de doação de órgãos e tecidos para transplante relatados por familiares de potenciais doadores. **Acta paulista de enfermagem**, v. 22, n. 2, p. 131-135, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002009000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 abr. 2021.

MORAES, Lúcio Jary Almeida de; TREVISAN, Gabrielle; CARVALHO, Diego de; STEFFANI, Jovani Antônio; BONAMIGO, Elcio Luiz. Percepção de estudantes e médicos sobre autonomia na doação de órgãos. **Revista Bioética**, v. 28, n. 1, p. 58-68, mar. 2020. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/2053/2285. Acesso em: 13 abr. 2021.

PESSOA, João Luis Erbs; SCHIRMER, Janine; ROZA, Bartira de Aguiar. Avaliação das causas de recusa familiar a doação de órgãos e tecidos. **Acta paulista de enfermagem**, v. 26, n. 4, p. 323-330, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002013000400005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 abr. 2021.

ROSÁRIO, Elza Nascimento do; PINHO, Luciane Gonçalves de; OSELAME, Gleidson Brandão; NEVES, Eduardo Borba. Recusa familiar diante de um potencial doador de órgãos. **Cadernos saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 260-266, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2013000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 abr. 2021.

EFEITO DO MANCOZEB E VITAMINA D NA ATIVIDADE DO COMPLEXO I MITOCONDRIAL DE TECIDOS PERIFÉRICOS DE RATOS WISTAR ADULTOS

SANTOS, J. F.¹; CARVALHO, D.²; REMOR, A. P.²

¹ Discente do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Com um aumento na produção de produtos agrícolas, nas últimas décadas, o uso dos agrotóxicos tem crescido exponencialmente (OLIVEIRA-SILVA *et al.*, 2001). Um dos agrotóxicos mais utilizados para diversos cultivos e espécies patogênicas é o Mancozeb (Mz) (ANVISA, 2019). Sabe-se que o Mz induz o dano oxidativo e acúmulo de Manganês no organismo (SARAIVA *et al.*, 2018). Assim, apesar da grande capacidade de acumular o agrotóxico, os tecidos periféricos não são alvos de muitos estudos. **Objetivo:** Avaliar a atividade do complexo I mitocondrial em tecidos periféricos de ratos Wistar adultos, machos e fêmeas, após indução de toxicidade ao Mz, e verificar o efeito protetor da vitamina D. **Metodologia:** Os animais foram divididos em 10 grupos experimentais e receberam doses intraperitoneais de salina estéril ou o agrotóxico Mz na dose de 40mg/kg. A vitamina D foi administrada pelo método de gavagem orogástrica curvada nas doses de 12,5µg/Kg ou 25µg/Kg, isolada ou associada ao Mancozeb por um período de 45 dias. **Resultados:** Os resultados obtidos demonstram uma inibição significativa na atividade do complexo I mitocondrial no tecido hepático dos ratos machos que receberam o Mz e a vitamina D foi efetiva em prevenir este efeito. **Conclusão:** De acordo com os dados obtidos pode se observar que o fígado foi o tecido mais comprometido pelo Mz, contribuindo para um processo de estresse oxidativo e que a vitamina D foi efetiva em prevenir este efeito. Além disso, a exposição ao Mz se comportou de forma distinta entre ambos os sexos avaliados, sendo necessário mais estudos para avaliar outros parâmetros oxidativos envolvidos.

Palavras-chave: Mancozeb. Vitamina D. Estresse oxidativo. Tecidos periféricos.

aline.remor@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Anvisa. **Agrotóxicos**. 2019. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br>. Acesso em: 13 ago. 2020.

OLIVEIRA-SILVA, Jeferson José *et al.* Influência de fatores socioeconômicos na contaminação por agrotóxicos, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 130-135, abr. 2001.

SARAIVA, Miriane Acosta *et al.* Exposição de *Drosophila melanogaster* ao Mancozeb induz dano oxidativo e modula Nrf2 e Hs/83, Brasil. **Medicina oxidativa e longevidade celular**, Rio Grande do Sul, 5 jun. 2018.

EUTANÁSIA: CARACTERÍSTICAS ÉTICAS E ASPECTOS DO DEBATE PÚBLICO ATUAL

ANDRADE, V. L.¹; PESSOLE, L. P.¹; POLESE, T. R.¹; TAMURA, C. M.¹; BONAMIGO, E. L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O conceito de eutanásia gera posicionamentos éticos divergentes, acarretando debates interdisciplinares, o que leva muitos profissionais de saúde e seus pacientes a recorrerem ao sistema jurídico para ter sua vontade de fim de vida respeitada. **Objetivo:** Descrever a percepção de pacientes, profissionais de saúde e sociedade atual acerca da eutanásia. **Metodologia:** Tratou-se de revisão bibliográfica a partir de pesquisa exploratória nas plataformas Scielo e PubMed, englobando artigos publicados a partir de 2018, utilizando-se dos descritores “Eutanásia” e “Bioética”. Foram encontrados 22 artigos e, após análises, os cinco mais relevantes foram selecionados e incluídos neste trabalho juntamente com uma notícia de jornal e um dicionário. **Resultado:** A eutanásia é o “ato de proporcionar morte sem sofrimento ao doente atingido por afecção incurável que produz dores intoleráveis”, e “direito de matar ou morrer por tal razão”, ou seja, o paciente decide acelerar sua morte para evitar sofrimentos (HOUAISS, 2001). Na eutanásia passiva há omissão ou desistência do tratamento e, na ativa, intervenções auxiliando a morte do doente (SILVA *et al.*, 2020). Atualmente, o Artigo 121 do Código Penal Brasileiro pune profissionais que pratiquem eutanásia, contrariando posições de países como Canadá, Bélgica e Holanda; esses dois últimos sequer consideram crime a eutanásia em paciente mentalmente são, mediante solicitação voluntária e sem esperança de recuperação terapêutica (BOLLEN *et al.*, 2019). Estudo realizado no Brasil com 354 profissionais de saúde constatou que 73,2% concordavam com a legalização da eutanásia para pacientes terminais (BRANDALISE *et al.*, 2018). Trata-se de tema em grande transformação na sociedade, pois Portugal e Espanha aprovaram recentemente lei sobre eutanásia (JORNAL EXPRESSO, 2021). Autonomia pessoal, morte digna e livre de crenças culturais são alguns argumentos favoráveis à prática (TASSARA *et al.*, 2020). Ademais, a bioética deve considerar o desejo e a história dos envolvidos no processo da eutanásia, que não se limita ao momento da morte, visando elaborar o melhor plano terapêutico (BEDRIKOW, 2020). Em contrapartida, os argumentos contrários envolvem religião, moral, associação da morte com homicídio e afirmação de sacralidade da vida, caracterizando a prática como pecado (SILVA *et al.*, 2020). Também afirmam que a medicina é o zelo pela vida e saúde, nunca sendo dever do médico consentir com a fatalidade (TASSARA *et al.*, 2020). Outro ponto que divide opiniões é a eutanásia com doação de órgãos. O procedimento respeita a autonomia do enfermo, com consentimento voluntário por escrito, tornando a doação de órgãos pós-eutanásia incontestável por familiares (BOLLEN *et al.*, 2019). Controvérsias ao procedimento seriam a impossibilidade de fazer a eutanásia em domicílio e a possibilidade do paciente ser pressionado a fazê-la para doar seus órgãos, configurando abuso

e exploração (BOLLEN *et al.*, 2019). **Conclusão:** Dessa forma, considerando as divergências sobre o assunto, necessita-se de um debate amplo e interdisciplinar, visando resolver os impasses sobre a regulamentação da eutanásia, sem ferir os direitos básicos do ser humano. Entende-se que o doente tem tanto direito à vida, quanto à boa morte, quando morrer é iminente.

Palavras-chave: Eutanásia. Bioética. Direito a morrer. Obtenção de tecidos e órgãos.

thiagorpolese@gmail.com

REFERÊNCIAS

BEDRIKOW, Rubens. Eutanásia sob a perspectiva da bioética e clínica ampliada. **Revista Bioética**, Brasília, DF, v. 28, n. 3, p. 449-454, set. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422020000300449&lng=en&nrm=iso. Acesso em: abr. 2021.

BOLLEN, Jan A. M.; SHAW, David; DE WERT, Guido; HOOPEN, Rankie Ten; YSEBAERT, Dirk; HEURN, Ernst Van. Euthanasia through living organ donation: Ethical, legal, and medical challenges. **Science Direct**, v. 38, n. 2, p. 111-113, fev. 2019. Disponível em: [https://www.jhltonline.org/article/S1053-2498\(18\)31566-3/fulltext](https://www.jhltonline.org/article/S1053-2498(18)31566-3/fulltext). Acesso em: abr. 2021.

BRANDALISE, Vitor Bastos; REMOR, Aline Pertile; CARVALHO, Diego de; BONAMIGO, Elcio Luiz. Suicídio assistido e eutanásia na perspectiva de profissionais e acadêmicos de um hospital universitário. **Revista Bioética**, v. 26, n. 2, p. 217-227, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bioet/v26n2/1983-8042-bioet-26-02-0217.pdf>. Acesso em: abr. 2021.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 3008.

PARLAMENTO espanhol aprova definitivamente a lei da eutanásia. **Jornal Expresso** - Internacional. Portugal, 18 mar. 2021. Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/2021-03-18-Parlamento-espanhol-aprova-definitivamente-a-lei-da-eutanasia-97a6d2da>. Acesso em: abr. 2021.

SILVA, Amanda Aparecida Alves; PESTANA, Fernanda Kelly Mendes. ROCHA, Fernanda Cardoso; RIOS, Bruna Roberta Meira; AQUINO, Artur Almeida; SOBRINHO, João Fabio Gonçalves et al. Percepção de profissionais da saúde sobre eutanásia. **Revista Bioética**, Brasília, DF, v. 28, n. 1, p. 111-118, mar. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422020000100111&lng=en&nrm=iso. Acesso em: abr. 2021.

TASSARA, Gonzalo; VALENZUELA, Catalina; ARAVENA, Luis; SÁNCHEZ, Úrsula; SANDOVAL, Hernán. Discursos cidadãos acerca da morte em condições de dignidade e sobre a potencial aplicação de medidas de acompanhamento neste processo (Região Metropolitana, Chile). **Acta bioethica**, Santiago, v. 26, n. 2, p. 205-214, out. 2020. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1726-569X2020000200205&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: abr. 2021.

EVENTOS TROMBOEMBÓLICOS COMO COMPLICAÇÃO EM PACIENTES ACOMETIDOS PELA COVID-19

CAVALLI, C.¹; MATIELLO, M.¹; GUEDES, C.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Desde 2020, a COVID-19 foi classificada pela OMS como uma pandemia. A infecção causada pelo vírus SARS-cov-2 já provocou mais de 2 milhões de mortes no mundo desde seu início e acredita-se que 10% de toda população já tenha sido infectada. A doença trata-se de uma infecção respiratória aguda, potencialmente grave, com alta taxa de transmissão (GOMES *et al.*, 2020). As manifestações são, na maioria dos casos, sintomáticas leves ou moderadas. Contudo, 15% da população evolui para a forma grave da doença, o qual desenvolve complicações como insuficiência respiratória, sepse, choque séptico, falência múltipla de órgãos e tromboembolismo (CICILINI *et al.*, 2020). O tromboembolismo, em especial, é um quadro grave que ocorre quando um coágulo (formado pelo desequilíbrio da tríade de Virchow) percorre organismo e se aloja em uma artéria ou veia, prejudicando o fluxo sanguíneo. **Objetivo:** Nesse sentido, o presente estudo teve por objetivo analisar a disposição da formação de eventos tromboembólicos em pacientes acometidos pela COVID-19. **Método:** O método utilizado foi uma revisão de literatura do tipo descritiva, mediante leitura de artigos publicados entre os anos de 2020 e 2021, estes indexados nas bases de dados eletrônicos SciELO, PubMed e ScienceDirect. **Resultados:** A partir das literaturas analisadas, apesar de não haver comprovação a respeito da fisiopatologia exata relacionando o tromboembolismo à infecção por SARS-CoV-2, sabe-se que o mecanismo está ligado ao estado pró-trombótico proveniente da condição inflamatória grave (FRANCO-MORENO *et al.*, 2020; GOMES *et al.*, 2020). O dano endotelial e a resposta inflamatória sistêmica associados à infecção pelo Coronavírus ativarão uma resposta de coagulação, aumentando a geração de trombina e diminuindo os anticoagulantes naturais do corpo, tendo como consequência um estado hipercoagulável do organismo humano. Além disso, foi constatado que níveis elevados de D-Dímero (>1000ng/ml) relacionam-se com um índice de mortalidade relevante quando associados ao COVID-19 (FRANCO-MORENO *et al.*, 2020). O D-dímero está envolvido na formação de coágulos, e esteve presente de forma elevada, na maioria dos pacientes que apresentaram essa complicação. Sendo utilizado também como fator de exclusão da doença, juntamente com a pontuação baixa no score de Wells modificado (ROBERTO *et al.*, 2020). Acerca disso, ainda tem se discutido sobre o uso de terapias profiláticas para o tromboembolismo nessa situação. A OMS, assim como outros órgãos, indica sua aplicabilidade em pacientes graves com alto risco de trombose. Desse modo, a profilaxia de escolha na maioria dos casos é a heparina de baixo peso molecular, pela sua interação medicamentosa reduzida. Contudo, o seu uso, assim como de qualquer outro anticoagulante, deve ser feito com cautela, visto que aumenta o risco de sangramentos, exacerbando a condição crítica do paciente

(ROSSI *et al.*, 2020). **Conclusão:** Portanto, enfatiza-se a necessidade de mais estudos a respeito do risco/benefício da terapia profilática, assim como a correlação dos eventos tromboembólicos com a Covid-19, na intenção de reduzir sua incidência e minimizar sua mortalidade, acarretando melhor prognóstico para aqueles que foram afetados por essa doença.

Palavras-chave: Tromboembolismo. Covid-19. Eventos tromboembólicos. Complicações da Covid-19.

cavallicarol1@gmail.com

REFERÊNCIAS

CICILINI, A. L. *et al.* Caso clínico: tromboembolismo pulmonar secundário em um paciente com covid-19. **Medicina (Ribeirão Preto)**, São Paulo, v. 53, n. 3, p. 313-320, 14 out. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/170331/163818>. Acesso em: 07 maio 2021.

FRANCO-MORENO, A. *et al.* Tromboembolismo pulmonar y COVID-19: un cambio de paradigma. **Revista Clínica Española**, [s. l.], v. 220, n. 7, p. 459-461, out. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0014256520301405?via%3Dihub>. Acesso em: 06 maio 2021.

GOMES, L.N.L. *et al.* COVID-19 E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DA TROMBOSE. **Hematology, Transfusion And Cell Therapy**, [s. l.], v. 42, p. 525-527, nov. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7604193/>. Acesso em: 07 maio 2021.

ROBERTO, G. A. *et al.* COVID-19 e eventos tromboembólicos. **Ulakes Journal Of Medicine**, São Paulo, v. 1, p. 50-59, 20 jul. 2020. Disponível em: <http://revistas.unilago.edu.br/index.php/ulakes/article/view/256>. Acesso em: 06 maio 2021.

ROSSI, F. H. *et al.* Tromboembolismo venoso em pacientes COVID-19. **Jornal Vascular Brasileiro**, [s. l.], v. 19, p. 1-5, 16 nov. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-54492020000100411&tlng=pt. Acesso em: 07 maio 2021.

FATORES DE RISCO ASSOCIADOS À INFECÇÃO PELO PAPILOMAVÍRUS HUMANO EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE NO BRASIL

BRAND, P. J. D.¹; DE LIZ, A. F.¹; SANTOS, M. S.¹; D'AGOSTINI, F. M.²; FERNANDES, L. S.²; DEBIASI, M. M.²; LORENCETTE, N. A.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O sistema prisional brasileiro apresenta a quinta maior população feminina privada de liberdade do mundo (SCHWAMBACH *et al.*, 2016). Neste contexto, a assistência em saúde torna-se precária pela superlotação, propiciando vulnerabilidade a doenças sexualmente transmissíveis (BEZERRA; FERNANDES, 2015), como a infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV). Apesar da vacina contra o Papilomavírus Humano (HPV) já estar disponível, as mulheres encarceradas configuram uma população de difícil abordagem devido ao seu padrão sociocultural e, muitas vezes, o contato com o vírus já ocorreu, dificultando a prevenção (AUDI *et al.*, 2016). **Objetivo:** Discorrer sobre os aspectos fisiopatológicos e preventivos da infecção por Papilomavírus Humano (HPV) e seus fatores de risco em mulheres privadas de liberdade no Brasil. **Metodologia:** Para tanto, foram realizadas buscas na base de dados Scielo, com artigos publicados entre os anos de 2010 a 2020. Os descritores foram “HPV” e “HPV em mulheres reclusas”, gerando 15 resultados, que foram filtrados de acordo com o recorte selecionado, resultando em 5 artigos a serem utilizados para esta revisão. **Resultados:** Observou-se o perfil gineco-obstétrico de mulheres encarceradas e constatou-se que essas possuem características, como fatores sociodemográficos e culturais, que aumentam a vulnerabilidade à infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV) (CASTILHOS; SILVA, 2017). No recorte fisiopatológico, dentre os mais de 100 tipos de Papilomavírus Humano (HPVs), 40 deles atingem a região anogenital, dos quais 18 são oncogênicos, fazendo com que a atividade supressora tumoral de p53 seja perdida a partir da ligação do complexo E6-AP (*E6 associated protein ligase*) e E7, que são fosfoproteínas nucleares do HPV (ROSA *et al.*, 2009). Os mecanismos imunológicos ocorrem pela resposta imune mediada por proteínas *Human Leukocytes Antigens* (HLA), sendo necessária uma apresentação adequada aos linfócitos, e erros nesse processo podem ser responsáveis pela susceptibilidade ao Papilomavírus Humano (HPV) (ROSA *et al.*, 2009). A associação entre *Human Leukocytes Antigens* (HLA) e infecção por Papilomavírus Humano (HPV) e posterior câncer cervical tem sido demonstrada em diferentes populações, com prevalência nos países subdesenvolvidos (ROSA *et al.*, 2009), que possuem grande população carcerária em um cenário de desigualdade social, em conjunto com fatores de risco como idade, imunidade, genética, situação conjugal, baixa condição socioeconômica, início precoce da atividade sexual, multiplicidade de parceiros sexuais, uso de contraceptivos orais, multiparidade e o tabagismo, muitos deles presentes na vida das mulheres reclusas (AUDI *et al.*, 2016). **Conclusão:** Evidencia-se que os fatores sociodemográficos influenciam de maneira direta no contágio do vírus, especialmente pela dificuldade de acesso à

informação e a recursos de saúde. Assim, o Papilomavírus Humano (HPV) torna-se recorrente em mulheres encarceradas brasileiras, visto que a maioria significativa contempla esses fatores. Desta forma, torna-se necessário ampliar os investimentos no tratamento e prevenção do Papilomavírus Humano (HPV) no Brasil especialmente na população reclusa.

Palavras-chave: HPV. Saúde da mulher. Prisão. DST. Infecções por papilomavírus.

paulajuliadb@gmail.com

REFERÊNCIAS

AUDI, C. A. F. *et al.* Exame de Papanicolau em mulheres encarceradas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 19, p. 675-678, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2016000300675. Acesso em: 20 set. 2020.

BEZERRA, R. C. C; FERNANDES, R. A. Q. **Perfil social e de saúde de mulheres apenas de uma penitenciária da cidade de São Paulo** *Perspectivas Médicas*, v. 26, n. 2, p. 21-30, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2432/243242711004.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

CASTILHOS, A.; SILVA, E. F. Atenção à saúde das mulheres em uma unidade prisional: Perspectiva de mulheres privadas de liberdade. **Biblioteca Lascasas**, v. 13, 2017. Disponível em: <http://www.index-f.com/lascasas/documentos/e11193.php>. Acesso em: 20 set. 2020.

ROSA, M. I. *et al.* Papilomavírus humano e neoplasia cervical. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 5, p. 953-964, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2009000500002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2020.

SCHWAMBACH, A. F. *et al.* **Prevalência e fatores de risco associados à infecção pelo Papilomavírus Humano em mulheres privadas de liberdade no Mato Grosso do Sul**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/3166/1/Controle%20do%20c%C3%A2ncer%20do%20colo%20do%20c%C3%A4tero%20em%20mulheres%20privadas%20de%20liberdade%20em%20Mato%20Grosso%20do%20Sul.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

ISOTRETINOÍNA COMO AGENTE TERATOGÊNICO: RELAÇÃO COM MALFORMAÇÕES FETAIS E EMBRIONÁRIAS

BUSANELLO, C. ¹; INÁCIO, É. C. ¹; DEBIASI, M. M. ²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A teratologia data do século XX e se dedica ao estudo das anomalias e malformações no desenvolvimento embrionário ou fetal. A Isotretinoína, denominada quimicamente como ácido-13-cis-retinóico e comercialmente como Roacutan®, é um fármaco sintético oral utilizado no combate à acne e regido pela Portaria SAS/MS n° 1159 - 18/11/2015. **Objetivo:** O objetivo dessa pesquisa foi aprofundar o conhecimento no assunto, buscando o impacto da utilização da Isotretinoína, reconhecida como agente teratogênico em 1982, durante o período da gravidez e desenvolvimento embrionário. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa em cinco artigos científicos e um Trabalho de Conclusão de Curso, publicados entre os anos de 2001 a 2021, em plataformas como PubMed, Google Acadêmico e Portal de Periódicos CAPES/MEC. **Resultado:** Em consonância à Nau (2001), quanto a teratogenicidade da Isotretinoína em diferentes espécies evidenciam que, em espécies sensíveis à droga, como os primatas, há a eliminação significativamente lenta dela do organismo, bem como a isomerização dela (cerca de 10-30%) em tretinoína (ácido *trans* - retinóico); esta disposição da substância é capaz de atravessar a placenta de forma mais intensa e apresenta uma grande potência teratogênica em humanos. O risco dessas anomalias na população de base é de 3-5%, mas aumenta para quase 30% em mulheres expostas à Isotretinoína durante o primeiro trimestre da gravidez (MALVASI *et al.*, 2009). Ademais, pode haver comprometimento nos processos de ossificação endocondral e potencializar os riscos de doenças como microftalmia, anoftalmia, hidrocefalia, Tetralogia de Fallot, cianose e agenesias renal, pulmonar e de glândulas gastrointestinais (QUIEZI, 2013). Conforme Cajueiro *et al.* (2014), em 57 gestantes com uso de Isotretinoína no primeiro trimestre de gravidez, 16% abortaram espontaneamente e 19% geraram fetos com grandes defeitos físicos. Além disso, de acordo com Segóvia e Girol (2019), em pesquisa feita de forma online com doze mulheres grávidas e expostas ao medicamento Roacutan®, apenas uma criança gerada por elas não apresentou defeitos congênitos. Ainda, de acordo com relato de Lima *et al.* (2008), um filho de pais saudáveis, sendo a mãe usuária de isotretinoína por seis meses, vindo a ter conhecimento da gravidez três meses após quitar o tratamento, apresentava ausência de pavilhões auriculares, sopros na ausculta cardíaca e indícios de paralisia facial bilateral. **Conclusão:** Dessa forma, as informações referentes ao risco do uso de Isotretinoína na gravidez dizem respeito à saúde pública, haja vista o risco de abortos espontâneos e nascimento de crianças com malformações, as quais precisam de serviços continuados que supram suas particularidades e

necessidades de saúde. Com isso, pesquisas e estudos acerca desse assunto devem sempre estar em constante atualização, a fim de contribuir com a saúde da população.

Palavras-chave: Isotretinoína. Agente Teratogênico. Gravidez. Malformações.

carolinabusanello1@gmail.com

REFERÊNCIAS

CAJUEIRO, Elky de S. *et al.* **Isotretinoína E Suas Propriedades Farmacológicas**. 4 jan. 2014. Disponível em: <https://assets.unitpac.com.br/arquivos/Revista/71/4.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

LIMA, Gabriela H. de S. *et al.* **Embriopatia Do Ácido Retinóico: Relato de Dois Casos Associados Ao Uso Da Isotretinoína**. 28 jan. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/102914>. Acesso em: 12 maio 2021.

MALVASI, Antonio *et al.* Possible long-term teratogenic effect of isotretinoin in pregnancy. **European Review for Medical and Pharmacological Sciences**, v. 13, n. 5, p. 393-396, 2009. Disponível em: pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19961047/. Acesso em: 12 maio 2021.

NAU, Heinz. Teratogenicity of isotretinoin revisited: species variation and the role of all-trans-retinoic acid. **Journal of the American Academy of Dermatology**, v. 45, n. 5, p. S183-S187, 1 nov. 2001. Disponível em: www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0190962201698268, 10.1067/mjd.2001.113720. Acesso em: 11 maio 2021.

QUIEZI, Josilayne Fernandes. **Alterações causadas ao feto pelo uso de isotretinoína durante a gestação**. 2013. 27 f. Tese (Doutorado em Farmácia) - Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes, RO, 2013.

SEGÓVIA, Lettícia; GIROL, Ana. **Isotretinoína Durante A Gestação E Malformações Fetais Associadas Isotretinoin During Pregnancy And Associated Fetal Malformations Isotretinoína Durante El Embarazo Y Malformaciones Fetales Asociadas**. 12 jun. 2019.

LINFANGITE CARCINOMATOSA PULMONAR

BONAMIGO, J. ¹; CERON, L. ¹; DRESCH, L. F. ¹; SCHWINGEL, P. V. ¹; COSTENARO, R. R. ¹;
MASSUCATO, C. A. ²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Linfangite carcinomatosa pulmonar (PLC) caracteriza-se pela disseminação através da invasão dos vasos linfáticos intraparenquimatosos, sem padronização definitiva das alterações na tomografia computadorizada (TC) de tórax. **Objetivo:** O objetivo é apresentar linfangite carcinomatosa, correlacionar com aspectos tomográficos e com anatomopatológico. **Metodologia:** Trata-se de revisão bibliográfica em artigos científicos encontrados nas plataformas Scielo e Pubmed. **Discussão:** PLC, por Bruce, Heys, Eremin (1996), é uma doença pulmonar metastática difusa de caráter infiltrativo-obstrutivo do sistema linfático do parênquima pulmonar. A faixa etária prevalente é 40-49 anos. Mama, estômago, pulmão, próstata e pâncreas são sítios primários comuns. Origina-se por disseminação hematológica da neoplasia primária, com extensão dos capilares aos linfáticos, mas pode ocorrer disseminação retrógrada a partir dos linfonodos mediastinais e hilares ao parênquima (BURT, 1998). O quadro clínico tem sintomas respiratórios como apresentação inicial do carcinoma subjacente, referindo-se dispneia, sibilos e tosse seca. A doença apresenta evolução rápida. A média de sobrevida, segundo Martynychen *et al.*, (2007), é inferior a dois meses em doentes não tratados. O padrão tomográfico predominante é o espessamento fino e reticulado dos septos interlobulares com predomínio nos lobos inferiores associado a múltiplas opacidades parenquimais com atenuação em vidro fosco em 75% do pulmão. O espessamento interlobular deve-se à infiltração por células neoplásicas, resultando em lóbulos pulmonares secundários de formas poligonais (BISWAS; PERUVEMBA, 2015). Pode também haver a invasão neoplásica para o interstício broncoalveolar, causando o espessamento dessas áreas (BISWAS; PERUVEMBA, 2015). Quando há a infiltração de ambos os feixes pode formar nódulos, recebendo o nome de ponto em caixa, ou seja, espessamento do septo interlobular forma arcadas poligonais, enquanto o feixe broncovascular centrolobular representa o ponto central do polígono. **Conclusão:** Embora seja impossível determinar padrão típico de PLC na TC, esse exame é de extrema importância quando associado aos achados anatomopatológicos e a história clínica, denotando características específicas que confirmam diagnóstico e permitem o acompanhamento da evolução e das complicações. **Palavras-chave:** Metástase. Linfangite. Células Neoplásias. Tomografia Computadorizada de Emissão.

leandraceron@gmail.com

REFERÊNCIAS

- BISWAS, A.; PERUVEMBA, S., Sriram. Getting the whole picture: lymphangitic carcinomatosis. **The American Journal of Medicine**, v. 128, n. 8, p. 837-840, ago. 2015. Disponível em: [https://www.amjmed.com/article/S0002-9343\(15\)00347-2/fulltext](https://www.amjmed.com/article/S0002-9343(15)00347-2/fulltext). Acesso em: 15 abr. 2021.
- BRUCE, D. M.; HEYS, S. D.; EREMIN, O. Lymphangitis carcinomatosa: a literature review. **Journal of the Royal College of Surgeons of Edinburgh**, v. 41, n. 1, p. 7-13, 1996. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/8930034/>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- BURT, M. E. Pulmonary Metastasis. In: FISHMAN, A. P. (ed.). **Fishman's Pulmonary Diseases and Disorders**. 3. ed. New York: McGraw Hill, 1998. p. 1851-1860.
- MARTYNYCHEN, G. M; RABELO, M. L; SILVA, L. R. F.; ESCUISSATO L. D. Linfangite carcinomatosa pulmonar como manifestação inicial de adenocarcinoma de ovário. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 33, n. 5, p. 609-611, 2007.

MORTE ENCEFÁLICA, DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E A FAMÍLIA: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DA DESINFORMAÇÃO

FONSECA, A. E. J.¹; TAVARES, I. M.¹; WEBBER, M. H. B.¹; BONAMIGO, E. L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A perda completa e irreversível das funções encefálicas, definida pela cessação das atividades corticais e de tronco encefálico, caracteriza a morte encefálica (ME) e, portanto, a morte da pessoa (CFM, 2017). Nesta condição, o indivíduo enquadra-se na principal situação de possível doação de órgãos após a morte. **Objetivo:** Descrever o conhecimento da população sobre morte encefálica e sua interferência na doação de órgãos. **Metodologia:** Revisão bibliográfica em artigos selecionados através das plataformas online Google Acadêmico, com destaque para a Revista Bioética. Utilizou-se para a pesquisa os descritores “Morte Encefálica”, “Doação de Órgãos” e “Família”. **Resultados:** Foram encontrados 12 artigos e selecionados os 6 mais relevantes sobre o tema proposto para a elaboração do trabalho. A morte encefálica, pelo fato de o coração continuar batendo, dando a impressão de que o indivíduo está apenas dormindo, faz com que, muitas vezes, não seja encarada como morte (PESSALACIA; CORTES; OTTONI, 2011). Esta constatação foi confirmada por uma pesquisa realizada com 136 pessoas, em que somente 19,9% dos participantes afirmaram que o paciente diagnosticado com ME estaria, de fato, morto (TEIXEIRA; GONÇALVES; SILVA, 2012). Ademais, um estudo avaliando as causas de recusa familiar à doação de órgãos e tecidos apontou a não compreensão do diagnóstico da morte encefálica como a principal causa da recusa (PESSOA; SCHIRMER; ROZA, 2013). O medo e a desconfiança da autenticidade do quadro clínico de ME e a sensação de assinar a morte do indivíduo são fatores estressantes relacionados aos familiares de possíveis doadores (DELL AGNOLO *et al.*, 2009). Corrobora com esta assertiva um estudo em que 85,3% dos participantes acreditavam que o médico poderia se equivocar ao dar um diagnóstico de ME e o paciente ainda estar vivo (TEIXEIRA; GONÇALVES; SILVA, 2012). Devido tratar-se de uma condição que ocorre, normalmente, de forma abrupta e inesperada, a família percebe-se impotente e ainda com esperanças da recuperação do ente querido (DELL AGNOLO *et al.*, 2009). Por isso, se faz necessário informar aos familiares sobre a gravidade do quadro clínico do paciente e o início dos exames para verificar a ME, promovendo sua preparação para o processo de luto e possível doação de órgãos (MOREIRA; BIANCHI, 2009). Além disso, constitui iniciativa válida conscientizar a população por meio de campanhas educativas, esclarecendo conceitos de morte cerebral e estimulando a doação pós-morte, assim como fez a Espanha, que se tornou líder mundial em transplantes (MORAES *et al.*, 2020). **Conclusão:** Com as informações dos artigos trabalhados um aspecto ficou muito evidente: a maioria dos casos de recusa na doação de órgãos são frutos da desinformação. Vale destacar que a posição dos profissionais de saúde, tanto no momento de preparar e informar a morte encefálica, como em executar a entrevista

para a doação de órgãos é crucial na adesão da família à causa. Portanto, uma capacitação dos profissionais voltada sobretudo para essa área reduziria drasticamente as taxas de recusa familiar. Palavras-chave: Doação de órgãos. Morte Encefálica. Recusa Familiar. Família.

isadoratavares@icloud.com

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Resolução CFM n. 2.173/2017**. Define os critérios do diagnóstico de morte encefálica. Brasília, DF, 2017.

DELL AGNOLO, Cátia Millene; BELENTANI, Leda Maria; ZURITA, Robsmeire Calvo Melo; COIMBRA, Jorseli Ângela Henriques; MARCON, Sonia Silva. A experiência da família frente à abordagem para doação de órgãos na morte encefálica. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 375-82, set. 2009. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/8343/6990>. Acesso em: 13 abr. 2021.

MORAES, Lúcio Jary Almeida de; TREVISAN, Gabrielle; CARVALHO, Diego de; STEFFANI, Jovani Antônio; BONAMIGO, Elcio Luiz. Percepção de estudantes e médicos sobre autonomia na doação de órgãos. **Revista Bioética**, v. 28, n. 1, p. 58-68, mar. 2020. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/2053/2285. Acesso em: 13 abr. 2021.

MOREIRA, V. Cinque; BIANCHI, Estela R. Ferraz. La receptividad de la noticia de muerte encefálica en los familiares de donantes de órganos y tejidos para trasplante. **Enfermería Global**, Murcia, n. 16, p. 1-8, jun. 2009. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1695-61412009000200028&lng=en&tlng=en. Acesso em: 13 abr. 2021.

PESSALACIA, Juliana Dias Reis; CORTES, Vanessa Faria; OTTONI, Alba. Bioética e doação de órgãos no Brasil: aspectos éticos na abordagem à família do potencial doador. **Revista Bioética**, Brasília, DF, v. 19, n. 3, p. 671-682, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3615/361533257006.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

PESSOA, João Luis Erbs; SCHIRMER, Janine; ROZA, Bartira de Aguiar. Avaliação das causas de recusa familiar à doação de órgãos e tecidos. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 323-330, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002013000400005&script=sci_arttext. Acesso em: 05 abr. 2021.

TEIXEIRA, Renan Kleber Costa; GONÇALVES, Thiago Barbosa; SILVA, José Antônio Cordero da. A intenção de doar órgãos é influenciada pela compreensão do público sobre a morte encefálica? **Rev. bras. ter. intensiva**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 258-262, jul./set. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-507X2012000300009&lng=pt&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 05 abr. 2021.

O USO DA TELEMEDICINA EM MEDICINA COMO UMA FERRAMENTA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE: POSITIVO OU NEGATIVO?

BONAMIGO, E. L.¹; BRAGA, G. S.²; VANZELLA, G. S.²; SOUZA, I. C. D.²; DALSOGLIO, V. N.²

¹ Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A telemedicina, em sua concepção mais simples, consiste na utilização de tecnologias de comunicação voltada para as práticas médicas feitas à distância e todas as suas modalidades. A telemedicina foi regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina, por meio da Resolução nº 1.643/02, a qual explicita os critérios éticos e técnicos do funcionamento, mas está em fase de intensos estudos para sua reformulação (CFM, 2002; CFM, 2020). **Objetivo:** Buscou-se descrever o papel da telemedicina no cenário atual e mostrar os pontos positivos e negativos dessa prática. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa exploratória, bibliográfica com coleta de dados no Google acadêmico, Pubmed e site do Conselho Federal de Medicina entre os anos de 2017 a 2021. **Resultados:** Foram utilizados 5 artigos, uma Resolução do Conselho Federal de Medicina e uma notícia. Nota-se uma dicotomia em relação ao uso da telemedicina que se pauta primordialmente em questões de ordem financeira e ética. Ao se avaliar a medicina tradicional, um ponto muito importante de seu funcionamento consiste na criação de uma boa relação médico-paciente que poderia ser prejudicada pela utilização da telemedicina (LEITE *et al.*, 2021). De um lado, a ala favorável à telemedicina argumenta a possibilidade de “maior igualdade no recebimento de informações” (HARPER *et al.*, 2018), bem como maior facilidade e acessibilidade na comunicação, tanto médico-paciente quanto entre médicos e, ainda, redução dos custos de deslocamento (BUVIK *et al.*, 2018). De outro, a ala negacionista compreende a telemedicina como uma ferramenta que compromete a formação de uma sólida relação médico-paciente dada a ausência de contato físico, essencial ao processo (LINS *et al.*, 2019). Outrossim, segundo Santos *et al.* (2020), há insegurança quanto ao respaldo ético da legislação brasileira no uso da telemedicina, já que “a regulamentação é o ponto de destaque da discussão” e a autorização pelo Congresso Nacional foi emergencial devido ao surgimento do COVID-19. Além disso, a telemedicina falha em gerar requisitos de licenciamento dos provedores para atuação, pagamento, seguro, adesão a regulamentos de confidencialidade e segurança, bem como estabelecimento de protocolos para gerenciar testes de laboratório, prescrições e programação (CAETANO *et al.*, 2020). **Conclusão:** A realidade pandêmica ampliou o uso imediato da telemedicina e, caso a aplicação seja bem-sucedida, a aceitação geral pode ser uma consequência direta dessa experiência. Contudo, nota-se que a telemedicina não substitui por inteiro a medicina tradicional, apenas se torna um método complementar com aspectos positivos e negativos que estão sendo analisados. Ainda que haja necessidade de estudos complementares mais aprofundados, planejamento e treinamento de profissionais, trata-se de uma ferramenta potencial para melhorar a prestação de serviços em

saúde e merece destaque como uma estratégia para o avanço tecnológico no compartilhamento rápido e efetivo de intervenções na área da saúde.

Palavras-chave: Telemedicina. Relação médico-paciente. Pontos positivos. Pontos negativos.

gustavo.vanzella@hotmail.com

REFERÊNCIAS

BUVIK, Astrid *et al.* Cost-Effectiveness of Telemedicine in Remote Orthopedic Consultations: Randomized Controlled Trial. **J Med Internet Res**, v. 21, n. 2, 2018.

CAETANO, Rosângela; SILVA, Angélica Baptista; GUEDES, Ana Cristina Carneiro Menezes; PAIVA, Carla Cardi Nepomuceno de; RIBEIRO, Gizele da Rocha; SANTOS, Daniela Lacerda; SILVA, Rondine-li Mendes da. Desafios e oportunidades para telessaúde em tempos da pandemia pela COVID-19: uma reflexão sobre os espaços e iniciativas no contexto brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 5, p. 1-16, maio 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00088920>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **CFM publicará nova resolução para regulamentar telemedicina**. Brasília, DF, 02 de set. de 2020. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/cfm-publicara-nova-resolucao-para-regulamentar-telemedicina/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Resolução CFM n. 1.643/2002**. Define e disciplina a prestação de serviços através da Telemedicina. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2002/1643>. Acesso em: 27 abr. 2021.

HARPER, Kelly *et al.* Teleneurology service provided via tablet technology: 3-year outcomes and physician satisfaction. **Rural and Remote Health**, v. 19, n. 1, 2018.

LEITE, Silva Cristina M. de C.; LEAL, Bruna Marcella N.; SOUSA, Luciana S. de; GOMES, Dara Maria P.; DIAS, Sâmela Victória dos S.; NERY, Marília Gabriela D.; AROSO, Deborah Ozima M.; AGUIAR, Matheus Luiz S. de; BELTRÃO, Renata Paula L.; SILVA, Augusto César B. da. A relação médico-paciente frente à telemedicina. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 2, p. e5694, 1 fev. 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/5694>. Acesso em: 22 abr. 2021.

LINS, Alane Franco *et al.* O uso da telemedicina como ferramenta para aprimorar os serviços de saúde: viabilidade e desafios. **Revista Educação em Saúde: Anais XVI Mostra de Saúde, Anápolis**, v. 7, p. 18-28, 2019.

SANTOS, Weverson Soares; SOUSA JÚNIOR, João Henriques de; SOARES, João Coelho; RAASCH, Michele. Reflexões acerca do uso da telemedicina no Brasil: oportunidade ou ameaça?. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, University Nove de Julho, v. 9, n. 3, p. 433-453, 22 out. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5585/rgss.v9i3.17514>. Acesso em: 27 abr. 2021.

O USO DO AGROTÓXICO PARAQUAT RELACIONADO À DOENÇA DE PARKINSON

THIBES, A. P.¹; CASARA, A. F. M.¹; TAMURA, C. M.¹; D'AGOSTINI, F. M.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A doença de Parkinson (DP) é uma degeneração neurológica multifatorial que afeta a mobilidade e pode ser desencadeada tanto por fatores genéticos, quanto por questões ambientais, a exemplo dos agrotóxicos (NAMMUR *et al.*, 2019). O paraquat (1,1'-dimetil-4,4'-bipiridina-dicloreto) é um metil-viológeno, utilizado como herbicida no Brasil para o controle de pragas e está associado ao surgimento da doença em questão pelo seu manuseio de forma inapropriada ou uso incorreto de EPIs. **Objetivo:** O objetivo do estudo foi realizar uma revisão bibliográfica a fim de explicar o mecanismo do paraquat no desenvolvimento da doença de Parkinson. **Metodologia:** Uma pesquisa exploratória foi realizada nas plataformas Scielo e PubMed, através da coleta de 14 artigos científicos e destes, sete foram inclusos nesse trabalho. Os artigos foram publicados no período de 2011 a 2020, nos idiomas inglês e português, com os descritores: Agrotóxicos, Paraquat e Doença de Parkinson. **Resultados:** Em modelos experimentais, o estresse oxidativo induzido pelo paraquat é apontado como mecanismo fisiopatológico que ocasiona a perda de neurônios dopaminérgicos da substância nigra e produz um distúrbio neurológico progressivo do movimento muscular característico da DP (TANNER *et al.*, 2011). O paraquat atravessa a barreira hematoencefálica através do transportador de aminoácidos neutros e induz o estresse oxidativo ao prejudicar a atividade da glutatona e tioredoxina (ZENG; GENG; JIA, 2018). A glutatona, ao reduzir espécies oxidantes de maneira cíclica, possui um papel ímpar na proteção contra radicais livres e com sua atividade comprometida pelo paraquat, ocorre o desequilíbrio entre a produção e a remoção de espécies reativas de oxigênio (EROs). (GAWARAMMANA; BUCKLEY, 2011). Além do estresse oxidativo, o herbicida paraquat atua regulando positivamente as proteínas pró-apoptóticas Bcl-2, que leva, por fim, à ativação da caspase-3, indutora da apoptose pela via intrínseca (ZENG; GENG; JIA, 2018). O paraquat, altamente seletivo para os neurônios dopaminérgicos, sugere uma forte correlação com a fisiopatologia da DP, sendo necessários mais estudos para elucidar todos os mecanismos. Em notícias mais recentes, foi comunicado que a decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), realizada em 2017, entrou em voga dia 22 de setembro de 2020 quanto à proibição oficial da comercialização, importação e uso do paraquat. **Conclusão:** Evidencia-se que a exposição ao herbicida Paraquat ao longo da vida promove, gradualmente, um processo degenerativo nos compostos celulares redutores de espécies oxidativas no sistema nervoso central, ação esta que pode suscitar o desenvolvimento da Doença de Parkinson. Desta forma, no intuito de diminuir os riscos de contaminação, bem como as chances de desenvolver

essa patologia, é imprescindível o uso correto de EPIs e a tentativa de substituição do herbicida por outras ferramentas disponíveis no mercado, sendo estas as medidas de proteção mais eficazes. Palavras-chave: Agrotóxico. Paraquat. Doença de Parkinson.

amanda.petry@hotmail.com

REFERÊNCIAS

GAWARAMMANA, I. B.; BUCKLEY, N. A. Gerenciamento médico da ingestão de parque. **British Journal of Clinical Pharmacology**, v. 72, n. 5, p. 745-757, 2011. DOI: 10.1111 / j.1365-2125.2011.04026.x. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3243009/>. Acesso em: 25 set. 2020.

NAMMUR, A. C. De M. *et al.* Exposição a agrotóxicos e associação com a doença de Parkinson. **Journal of Medicine and Health Promotion**. Faculdades Integradas de Patos - Curso de Medicina. 2019. Disponível em: <http://jmhp.fiponline.edu.br/pdf/cliente=13-6278fbcdb12e83e-992329cd7ee826b5.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

TANNER C. M. *et al.* Rotenona, paraquat e doença de Parkinson. **Perspectiva de saúde da Environ**, v. 119, n. 6, p. 866-872, 2011. DOI: 10.1289 / ehp.1002839. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3114824/>. Acesso em: 26 set. 2020.

ZENG, X. S.; GENG, W. S.; JIA, J. J. Modelos animais da doença de Parkinson induzidos por neurotoxinas: mecanismo patogênico e avaliação. **ASN Neuro**, 2018. DOI: 10.1177 / 1759091418777438. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5977437/>. Acesso em: 28 set. 2020.

OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA: A RELAÇÃO ENTRE O OXIGÊNIO, A MICROBIOLOGIA E A RESPOSTA IMUNOLÓGICA

COSTA, M. B.¹; DALTROZO, P. P.¹; VOICOLESKO, J. J.¹; D'AGOSTINI, F. M.²; FERNANDES, L. S.²; DEBIASI, M. M.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A Oxigenoterapia Hiperbárica (OHB) é uma terapia adjuvante ao tratamento clássico que consiste no uso de oxigênio puro em um ambiente pressurizado, elemento tóxico para bactérias anaeróbicas, controlando assim a infecção além de estimular a resposta imunológica em casos de pioderma gangrenoso, síndrome de Fournier e reumatismo pediátrico. **Objetivo:** Avaliar os benefícios trazidos pelo uso da OHB associada ao tratamento de feridas e infecções necrotizantes, assim como analisar a dinâmica desse tratamento. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica baseada em sete artigos científicos disponibilizados nos sites: Scielo, Pubmed e na revista eletrônica de enfermagem online (Biomed Pharmacother), nas línguas portuguesa e inglesa, datados entre os anos de 2004 a 2019, sendo utilizados os seguintes descritores: oxigenoterapia, pioderma gangrenoso, gangrena de Fournier, terapêutica, cicatrização. **Resultados:** As formas de administração da terapêutica podem variar de 20 a 81 sessões (ROSSI *et al.*, 2005). Estudos apontam melhora da hipóxia tecidual, aumento da perfusão, redução do edema, queda na regulação das citocinas inflamatórias, proliferação de fibroblastos, produção de colágeno, angiogênese, reepitelização, melhora do funcionamento de macrófagos e leucócitos (LACERDA *et al.*, 2006). Em tecidos ósseos há estimulação, pelo aumento da concentração de oxigênio, das atividades osteoclásticas e osteoblásticas, responsáveis pela remodelação e síntese de compostos orgânicos dos ossos, respectivamente (GOMES; JESUS, 2017). Ademais, a hiperóxia gerada pela oxigenoterapia provoca a inativação de bactérias anaeróbicas, pois cria condições desfavoráveis ao crescimento bacteriano (YOUSEFMEMARAB *et al.*, 2019). Um artigo que analisou pacientes portadores da Síndrome de Fournier (fascíte necrotizante com microrganismos da microbiota aeróbicos e anaeróbicos, estreptococos, estafilococos, *E. coli*...) trouxe que apenas 7% dos pacientes em tratamento com OHB evoluíram a óbito, enquanto pacientes que não fizeram uso adjunto dessa terapia chegaram a 42% de óbito (ROCHA *et al.*, 2012). Referente ao pioderma gangrenoso (doença inflamatória mediada por resposta imunológica anormal) e em pacientes com reumatismo pediátrico que apresentam lesões ulceradas é enfático o fato de que em alguns indivíduos a melhora foi nítida no início do tratamento (VIEIRA; BARBOSA; MARTIN, 2011). Baseando-se na variação da administração, em número de sessões e intervalos entre elas, pode-se sintetizar essa terapia como benéfica à recuperação dos pacientes que fizeram seu uso adjunto a outros tratamentos, propiciando melhor qualidade de vida, controle da dor, cicatrização das úlceras e redução da dose de corticoides sistêmicos empregados (GOMES; JESUS, 2017). Outrossim vale

salientar as principais reações adversas referidas como: desconforto auditivo e nos seios da face, alterações visuais transitórias, toxicidade pulmonar (tosse seca, dor retrosternal, hemoptoicos e edema pulmonar) (RODRIGUES JUNIOR; MARRA, 2004). **Conclusão:** Em suma, nota-se a importância da OHB em pacientes com feridas necrotizantes, visto que apresenta diversos pontos positivos para a cicatrização e recuperação tecidual, por auxiliar a resposta imunológica - aumentando a eficiência de macrófagos em áreas hipóxicas - e diminuir a proliferação bacteriana no local. Assim, a terapia adjuvante é uma ótima aliada aos procedimentos clássicos para melhorar a qualidade de vida de pacientes em quadros severos.

Palavras-chave: Oxigenoterapia. Pioderma Gangrenoso. Gangrena de Fournier. Terapêutica. Cicatrização.

julinha.v@hotmail.com

REFERÊNCIAS

GOMES, Cláudia; JESUS, Cristiana de. **Benefícios da Aplicação da Oxigenoterapia Hiperbárica na Cicatrização de Feridas**. Hypermed Medicina Hiperbárica LTDA. Campinas, nov. 2017. Disponível em: <https://hypermed.com.br/beneficios-da-aplicacao-da-oxigenoterapia-hiperbarica-na-cicatrizacao-de-feridas/>. Acesso em: 04 maio 2020.

LACERDA, Elias Pereira de *et al.* Atuação da enfermagem no tratamento com oxigenoterapia hiperbárica. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 118-123, fev. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000100016>.

ROCHA, Sander Tessaro *et al.* Experiência inicial da terapia hiperbárica na síndrome de Fournier em um hospital de referência no sul catarinense. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 41, n. 4, p. 71-76, 2012. Disponível em: <http://www.acm.org.br/revista/pdf/artigos/1147.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2020.

RODRIGUES JUNIOR, Milton; MARRA, Alexandre Rodrigues. À beira do leito medicina baseada em evidências. Quando indicar a oxigenoterapia hiperbárica? **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 50, n. 3, jul./set. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010442302004000300016&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 24 fev. 2020.

ROSSI, Juliana Figueira de Moura Ramos *et al.* Relato de Caso: Uso da oxigenoterapia hiperbárica em pacientes de um serviço de reumatologia pediátrica. **Revista Brasileira de Reumatologia**, São Paulo, v. 45, n. 2, mar./abr. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0482-50042005000200011>.

VIEIRA, Wilson Albieri; BARBOSA, Luisa Raizer; MARTIN, Ligia Marcio Mario. Oxigenoterapia hiperbárica como tratamento adjuvante do pioderma gangrenoso. **Anais Brasileiros de Dermatologia**, Rio de Janeiro, v. 86, n. 6, nov./dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0365-05962011000600022>.

YOUSEFMEMARAB, Mohammad; YEKANIAC, Mina; ALIZADEHE, Naser; BAGHI, Hossein Bannazadeh. Hyperbaric oxygen therapy: Antimicrobial mechanisms and clinical application for infections. **Biomed Pharmacother**, jan. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.biopha.2018.10.142>.

PROBLEMAS DE REVELAÇÃO DO SIGILO MÉDICO NAS REDES SOCIAIS

VULCANIS, A. B.¹; CASSOL, L.¹; ROCHA, M. G. S. M.¹; WAMES, S. M.¹; BONAMIGO, E. L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O sigilo profissional é um dos princípios fundamentais da ética médica e essencial na construção da relação médico-paciente. A ampla utilização das redes sociais, por médicos e pacientes, possibilitou o estreitamento dessa relação. No entanto, ocorrem muitas situações em que esses profissionais acabam excedendo os limites éticos e transgredindo o dever de não revelar assuntos confidenciais ligados à profissão. **Objetivo:** Analisar o uso das redes sociais no meio médico e as consequências éticas de sua transgressão. **Metodologia:** Análise do levantamento bibliográfico sobre as discussões da revelação do sigilo médico nas redes sociais, a partir de artigos científicos publicados na base de dados SciELO. Os termos utilizados para pesquisa foram “Sigilo Médico”, “Redes Sociais”, “Ética Médica” no período de 2012 a 2020. **Resultados:** Foram selecionados cinco artigos e duas orientações do Conselho Federal de Medicina. Embora tido como um dos mais tradicionais preceitos morais da assistência em saúde, o sigilo ainda é um dos princípios menos respeitados, fato particularmente preocupante em épocas de intensa exposição da intimidade como as atuais (VILLAS-BÔAS, 2015). Problemas graves de transgressão ética podem surgir quando, por exemplo, há a quebra do sigilo médico por meio das redes sociais através da postagem de fotos ou comentários que exponham a doença e a vida pessoal de pacientes (SOUZA *et al.*, 2017). Pode ocorrer que informações disponíveis em rede social, sobre caso clínico interessante, curioso ou polêmico, venham a ser publicadas ou divulgadas em situação não profissional, ferindo gravemente o direito de privacidade do paciente; essa inobservância ameaça segurança da informação e abala diretamente dois dos principais deveres dos médicos de serem fiéis depositários: segredo profissional e privacidade (CESARINO; ARAUJO; BACK, 2016). Para o usuário que acessa imagens deste tipo, além do desconforto visual - uma vez que, em muitos casos, foram expostos corpos humanos com lesões extensas -, pode haver o desconforto de se imaginar como futuro paciente daquela unidade, com sua lesão publicamente exposta pelos profissionais, por ocasião de eventual atendimento (MARTORELL; NASCIMENTO; GARRAFA, 2015). Os principais motivos para esses profissionais não fazerem maior utilização desses insumos estão relacionados à possibilidade de ocorrência de violação de privacidade e falhas no que se refere à segurança da informação (CAMARGO; ITO, 2012). Sendo que é vedado ao médico, de acordo com o Art. 75, fazer referência a casos clínicos identificáveis, exibir pacientes ou imagens que os tornem reconhecíveis em anúncios profissionais ou na divulgação de assuntos médicos em meios de comunicação em geral, mesmo com autorização do paciente (CFM, 2018; CFM, 2011). **Conclusão:** Conclui-se que o crescente uso das redes sociais torna necessária uma maior cautela por parte dos pelos profissionais da área da saúde para o uso consciente dessa tecnologia. O profissionalismo e a competência, respeitando

o código de ética médica e os direitos humanos, devem ser preconizados, com a priorização da confidencialidade do paciente, visto que, caso não cumpra, além de causar danos ao paciente, poderá sofrer penalidades tanto éticas como legais.

Palavras-chave: Sigilo Médico. Médico e Redes Sociais. Ética e Redes Sociais.

leticia-cassol@hotmail.com

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Amanda Leite de; ITO, Márcia. Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação na área da saúde: uso das redes sociais pelos médicos. **Journal Of Health Informatics**, v. 4, n. 4, p. 165-169, dez. 2012. Disponível em: <http://www.jhi-sbis.saude.ws/ojs-jhi/index.php/jhi-sbis/article/view/220/144#>. Acesso em: 06 abr. 2021.

CESARINO, Mariana Novo; ARAUJO, Edevard José de; BACK, Isabela de Carlos. O COMPORTAMENTO DE MÉDICOS E DE ACADÊMICOS DE MEDICINA NA REDE SOCIAL: UMA ANÁLISE DE 800 MANIFESTAÇÕES. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 44, n. 4, p. 63-71, set. 2016. Disponível em: <http://www.acm.org.br/acm/seer/index.php/arquivos/article/view/49>. Acesso em: 06 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). COMISSÃO NACIONAL DE DIVULGAÇÃO DE ASSUNTOS MÉDICOS. **Manual De Publicidade Médica**: resolução CFM n. 1.974/11. Resolução CFM n. 1.974/11. 2011. Disponível em: https://portal.cfm.org.br/publicidademedica/arquivos/cfm1974_11.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Resolução CFM n. 2017 de 27/09/2018**. Código de Ética Médica. Brasília, DF, 2019.

MARTORELL, Leandro Brambilla; NASCIMENTO, Wanderson Flor do; GARRAFA, Volnei. Redes sociais, privacidade, confidencialidade e ética: a exposição de imagens de pacientes no facebook. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, n. 56, p. 13-23, 3 nov. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2016.v20n56/13-23/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

SOUZA, Edvaldo da Silva *et al.* **Ética e Profissionalismo nas Redes Sociais: Comportamentos On-Line de Estudantes de Medicina**. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, p. 564-575, dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-52712015v41n3rb20160096>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022017000400564&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 abr. 2021.

VILLAS-BÔAS, Maria Elisa. O direito-dever de sigilo na proteção ao paciente. **Revista Bioética**, v. 23, n. 3, p. 513-523, dez. 2015 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bioet/v23n3/1983-8034-bioet-23-3-0513.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2021.

REVELAÇÃO DE MÁIS NOTÍCIAS: PERCEPÇÃO MÉDICA VERSUS PACIENTE E FAMILIARES

CANEI, L. R.¹; DELLAI, D. A.¹; MORANDINI, A.¹; BONAMIGO, E. L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O equilíbrio na transmissão de más notícias é essencial para a compreensão e atitude do paciente, a fim de evitar traumas, falsas expectativas e frustrações (LINO *et al.*, 2011). Esse tipo de comunicação requer habilidades, compaixão e empatia dos profissionais (LECH; DESTEFANI; BONAMIGO, 2013). **Objetivo:** Comparar a percepção do profissional médico com a percepção do paciente e dos familiares frente à revelação de más notícias. **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa por meio de consulta nas plataformas online SciELO e Google Acadêmico. Utilizaram-se os descritores “comunicação”, “más notícias”, “percepção pacientes” e “percepção médicos”. **Resultados:** Foram encontrados 22 artigos, desses foram selecionados 07 artigos com data de publicação entre 2011 e 2019 em português e inglês. Em relação ao profissional, um dos estudos aborda que muitas dificuldades de comunicação podem ser atribuídas ao processo de formação acadêmica, que não forneceu as competências necessárias para a habilidade do diálogo com o paciente (CARDOSO *et al.*, 2018). Em outra pesquisa, salienta-se a frustração médica pela impossibilidade de salvar a vida de todos os pacientes, o desafio de encarar a morte e o medo quanto à incerteza da reação dos pacientes e dos familiares ao comunicado (DINIZ *et al.*, 2019). A maior dificuldade durante o exercício da profissão médica é aliar as habilidades técnicas aos aspectos emocionais e comportamentais, com o objetivo de proporcionar conforto aos pacientes e familiares, indo além de apenas informar (DIAS, 2015). Para tanto, a utilização de um protocolo serve de guia na transmissão de más notícias, sendo o Protocolo Spikes um dos métodos mais didáticos e utilizados na maioria das especialidades médicas (LECH; DESTEFANI; BONAMIGO, 2013). Quanto à percepção do paciente e familiares, a utilização de termos técnicos e a explicação impessoal exigem do ouvinte habilidades e conhecimentos que por vezes estão ausentes, o que torna a compreensão difícil e prorroga o sofrimento (CARDOSO *et al.*, 2018). Outra pesquisa aborda a autonomia do paciente e seu poder de escolha quanto aos procedimentos e tratamentos, sendo que muitos pacientes não tiveram suas opiniões validadas pelo profissional (DINIZ *et al.*, 2019). A postura do médico é importante para quem é assistido, sobretudo a empatia e a polidez que foram qualidades consideradas necessárias aos médicos pela maioria dos pacientes entrevistados (FREIBERGER; BONAMIGO, 2018). O reconhecimento e respeito são partes integrantes da comunicação, que deve ser clara, verdadeira e dispensada ao indivíduo com exclusividade, generosidade e solidariedade, confirmando que foi feito de tudo para salvar sua vida (CALSAVARA; COMIN; CORSI, 2019). **Conclusão:** Conclui-se que a revelação de más notícias abrange expectativas do profissional, do paciente e dos familiares, acarretando grandes responsabilidades e impacto em

todas as vidas. Devido a essa complexidade, a habilidade deve ser ensinada e difundida durante a carreira acadêmica e na educação permanente, com ênfase no conhecimento e uso dos protocolos - como o SPIKES - a fim de formar profissionais mais bem preparados e reduzir possíveis efeitos adversos na transmissão de más notícias.

Palavras-chave: Assistência à saúde. Revelação da verdade. Comunicação em saúde. Autonomia pessoal.

luanacanei_@hotmail.com

REFERÊNCIAS

CALSAVARA, Vanessa Jaqueline; COMIN, Fabio Scorsolini; CORSI, Carlos Alexandre Curylofo. A comunicação de más notícias em saúde: aproximações com a abordagem centrada na pessoa. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 25, n. 1, p. 92-102, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6798986>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CARDOSO, Érika Arantes Oliveira *et al.* Comunicando más notícias em um hospital geral: a perspectiva do paciente. **Revista da SPAGESP**, v. 19, n. 1, p. 90-102, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6598247>. Acesso em: 20 fev. 2021.

DIAS, Gabriela Toutin. **Comunicação de más notícias no departamento de emergência: uma análise comparativa entre as percepções de médicos residentes, pacientes e familiares**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação e Saúde) - Faculdade de Medicina, University of São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5169/tde-24022016-115126/publico/GabrielaToutinDias.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

DINIZ, Sarah Santana *et al.* Comunicação de más notícias: percepção de médicos e pacientes. **Rev. Soc. Bras. Clín. Méd.**, v. 15, n. 3, p. 146-151, 2019. Disponível em: <https://docs.bvsa-lud.org/biblioref/2020/01/1047940/146-151.pdf>. Acesso em: 20 de fev. 2021.

FREIBERGER, Miguel Henrique; BONAMIGO, Elcio Luiz. Attitude of cancer patients regarding the disclosure of their diagnosis. **O Mundo da Saúde**, v. 42, n. 2, p. 393-414, 2018. Disponível em: <https://www.revistamundodasaude.com.br/uploads/20170178.PDF>. Acesso em: 26 fev. 2021.

LECH, Simone Solange; DESTEFANI, Amanda dos Santos; BONAMIGO, Elcio Luiz. Percepção dos médicos sobre comunicação de más notícias ao paciente. **Unoesc & Ciência-ACBS**, v. 4, n. 1, p. 69-78, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235124177.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

LINO, Carolina Arcanjo *et al.* Uso do protocolo Spikes no ensino de habilidades em transmissão de más notícias. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 52-57, mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010055022011000100008. Acesso em: 14 fev. 2021.

SANEAMENTO BÁSICO E A PREVALÊNCIA DE PARASITOSE INTESTINAIS: UMA RELAÇÃO CAUSAL E PONTUAL DE SAÚDE PÚBLICA

GOBI, F.¹; SILVA, K.¹; LAZZAROTTO, E.¹; D'AGOSTINI, F.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Responsável por grande parte do número dos óbitos infantis, as parasitoses intestinais são, em grande número, ligadas a uma série de fatores controláveis pelo ser humano, dentre quais se destacam a precária ou até inexistente sanitização, bem como o mau controle da distribuição hídrica, especialmente em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Colaborando isso com a má qualidade de vida, além da exposição dos indivíduos à elementos nocivos. **Objetivo:** Relacionar a prevalência das parasitoses intestinais com a falta de saneamento básico e distribuição de água potável. **Metodologia:** Foi efetuada uma revisão bibliográfica fundamentada em artigos científicos disponibilizados nos sites acadêmicos: Scielo, Pubmed e ProQuest, nas línguas portuguesa e inglesa, datados entre os anos de 2014 a 2020, sendo utilizados os seguintes descritores: meio ambiente e parasitoses, água potável e doenças parasitárias e saneamento básico e a influência em parasitoses intestinais. **Resultados:** Apesar do avanço em relação a implementação de saneamento nos últimos séculos e seu impacto na resolução de várias enfermidades coletivas, as doenças infecto parasitárias relacionadas à má condições de vida no que se refere a distribuição, tratamento e encanamento de água perduram como aspectos que merecem melhor atenção pública no que tange os índices de mortalidade e qualidade de vida, uma vez que é possível controlar os mesmos com ações pontuais (PRÜSS-USTÜN *et al.*, 2014). É sabido, também, que a frequência das parasitoses intestinais aumenta em regiões menos desenvolvidas, bem como tem altos índices na área de vivência de minorias como reservas indígenas (SIMÕES *et al.*, 2015). Nessa conjetura, é imprescindível que a Lei do Saneamento seja, de fato, aplicada. Essa que compreende abastecimento, esgotamento de água e tratamento dos afluentes, dentre outros aspectos importantes (TEIXEIRA *et al.*, 2020). Aliado a isso, reside na educação em saúde e na notificação dos casos (que hoje, não são de notificação compulsória) um pilar fundamental para a diminuição dos índices de parasitoses intestinais e das eventuais mortes causadas por suas complicações (COSTA *et al.*, 2018; TEIXEIRA *et al.*, 2020). Um trabalho de análise em moradores de rua de Anápolis-GO apresentou como resultado uma prevalência de 67,44% e diversidade de 8 parasitas intestinais. Outro resultado do estudo mostrou que os parasitas com maiores frequências foram a *E. histolytica*, *G. lamblia* e o *A. lumbricoides*. Todos esses parasitas são encontrados naquelas populações em que o saneamento básico e condições de higiene são precários o que facilita e ajuda a disseminação pela prática oro-fecal (ANTUNES *et al.*, 2020). Outro estudo realizado na Bahia evidenciou a relevância da implementação de saneamento, obtendo resultados que indicaram reduções maiores de 50% nas frequências de infecções intestinais por *A. lumbricoides* e *G. intestinalis* (BRAGAGNOLO *et al.*,

2019). **Conclusão:** Nota-se que a falta de saneamento básico atrelado a má condição de vida das comunidades favorece a incidência de casos de parasitoses intestinais, acarretando até mesmo em mortes. Ademais, é notório que medidas de melhorias no saneamento básico, a ampliação da distribuição hídrica, bem como a educação sanitária são de suma importância para a resolutividade deste problema de saúde pública.

Palavras-chave: Meio ambiente. Parasitoses intestinais. Saneamento básico. Água potável. Doenças parasitárias.

feliperhuan2009@hotmail.com

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Rafael Souza *et al.* Parasitoses intestinais: prevalência e aspectos epidemiológicos em moradores de rua. **Revista Brasileira de Computação Complicada**, v. 52, n. 1 p. 87-92, 2020.

BRAGAGNOLLO, Gabriela Rodrigues *et al.* Intervenção educativa lúdica sobre parasitoses intestinais com escolares. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, n. 5, p. 1203-1210, 2019.

COSTA, Yasmin Arruda *et al.* Enteroparasitoses provocadas por protozoários veiculados através da água contaminada. **Revista Expressão Católica Saúde**, v. 3, n. 2, p. 50-56, 2018.

PRÜSS-USTÜN, Annette *et al.* Burden of disease from inadequate water, sanitation and hygiene in low-and middle-income settings: a retrospective analysis of data from 145 countries. **Tropical Medicine & International Health**, v. 19, n. 8, p. 894-905, 2014.

SIMÕES, Bárbara dos Santos *et al.* Condições ambientais e prevalência de infecção parasitária em indígenas XukuruKariri, Caldas, Brasil. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 38, p. 42-48, 2015.

TEIXEIRA, Phelipe Austríaco *et al.* Parasitoses intestinais e saneamento básico no Brasil: estudo de revisão integrativa. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 22867-22890, 2020.

SAÚDE BUCAL E AS CONSEQUÊNCIAS NA GESTAÇÃO

OBREGON, K. M. O.¹; MARAFIGA, R. A.²; LUTZ, E.³

¹ Discente do Curso de Odontologia, Área das Ciências da Vida e Saúde - Faculdade Cnec Santo Ângelo - RS.

² Discente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

³ Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A gravidez, período singular na vida de uma mulher, é considerado um momento de diversas alterações na vida das gestantes, como mudanças psicológicas, físicas e sistêmicas. As alterações hormonais, principalmente, potencializam o risco de ocorrerem algumas alterações bucais que podem ser prejudiciais para a vida da gestante e do bebê (OLIVEIRA; HADDAD, 2018).

Objetivo: Esse trabalho tem como objetivo relatar as principais doenças bucais encontradas em gestantes e os riscos que elas podem trazer, assim como ressaltar a importância da consulta odontológica durante a gestação. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica na base de dados Pubmed, utilizando os seguintes descritores: “Pregnancy”, “Oral health” e “Pre natal care”. **Resultados:** Devido a complicações bucais durante o período gestacional, tem sido relatado nascimento de bebês prematuros, assim como mortes de recém-nascidos por consequência de tais complicações. A periodontite está relacionada com esse resultado adverso na gravidez, podendo também ocasionar pré-eclampsia, baixo peso ao nascer e aborto espontâneo (LACHAT *et al.*, 2011) (KLOETZEL *et al.*, 2011) (TESHOME; YITAYEH, 2016). Essa alteração bucal, também conhecida como doença periodontal é uma inflamação do tecido de suporte dos dentes, e pode levar à perda dos dentes. Antes de se tornar doença periodontal, ela é chamada de gengivite, inflamação restrita ao tecido gengival que se não tratada acaba evoluindo, podendo ocasionar grandes prejuízos não só na cavidade bucal, mas também na saúde geral e até mesmo no feto em desenvolvimento (LOHANA *et al.*, 2017) (IIDA, 2017). A gengivite é encontrada em grande parte das gestantes. Assim como existem as consultas de pré-natal, existe também o pré-natal odontológico, termo utilizado para designar as consultas odontológicas durante a gestação. Nas consultas de pré-natal odontológico, a gestante recebe orientações, exame dos tecidos moles e identificação de fatores de risco à saúde bucal; diagnóstico de lesões de cárie, de gengivite ou doença periodontal crônica e a necessidade de tratamento. Bem como orientações sobre dieta, aleitamento materno, a maneira correta de sucção para haver melhor extração do leite, dentre outros (OLIVEIRA; HADDAD, 2018). **Conclusão:** É recomendado que as gestantes realizem pelo menos uma consulta odontológica durante a gestação, sendo considerado ideal uma consulta a cada trimestre. Aumentar o conhecimento das gestantes em relação à essas alterações bucais e as consequências que elas podem trazer é imprescindível, pois pode reduzir significativamente

resultados adversos decorrentes de problemas orais, durante a gestação (OLIVEIRA; HADDAD, 2018).

Palavras-chave: Saúde bucal. Pré-natal odontológico. Gestantes.

rodrigo_marafiga10@hotmail.com

REFERÊNCIAS

IIDA, H. Oral Health Interventions During Pregnancy. **Dental clinics of North America**, v. 61, n. 3, jul. 2017. ISSN 1558-0512. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28577632>. Acesso em: 11 maio 2021

KLOETZEL, M. K.; HUEBNER, C. E.; MILGROM, P. Referrals for dental care during pregnancy. **Journal of midwifery & women's health**, v. 56, n. 2, mar./abr. 2011. ISSN 1542-2011. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21429074>. Acesso em: 11 maio 2021.

LCHAT, M. F.; SOLNIK A. L.; NANA, A. D.; CITRON, T. L. Periodontal disease in pregnancy: review of the evidence and prevention strategies. **The Journal of perinatal & neonatal nursing**, v. 25, n. 4, oct./dec. 2011. ISSN 1550-5073. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22071614>. Acesso em: 10 maio 2021.

LOHANA, M. H.; SURAGIMATH, G.; PATANGE, R. P.; VARMA, S.; ZOPE, S. A. A Prospective Cohort Study to Assess and Correlate the Maternal Periodontal Status with Their Pregnancy Outcome. **Journal of obstetrics and gynaecology of India**, v. 67, n. 1, fev. 2017. ISSN 0971-9202. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28242964>. Acesso em: 10 maio 2021.

OLIVEIRA, A. E. F. D.; HADDAD, A. E. **Saúde Bucal da Gestante: Acompanhamento Integral em Saúde da Gestante e da Puérpera**. Universidade Federal do Maranhão: UNA-SUS/UFMA, 2018. ISBN 978-85-7862-779-9. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/10865?mode=full>. Acesso em: 10 maio 2021.

TESHOME, A.; YITAYEH, A. Relationship between periodontal disease and preterm low birth weight: systematic review. **The Pan African medical journal**, v. 24, 07 dec. 2016. ISSN 1937-8688. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27800070>. Acesso em: 11 maio 2021.

SIGILO PROFISSIONAL COM PACIENTES PORTADORES DE HIV/AIDS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

VOICOLESKO, J.¹; SOUZA, B. Z.¹; SILVA, M.¹; BONAMIGO, E. L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O sigilo profissional é centralizado nas necessidades e no direito dos cidadãos à intimidade, com base na confidencialidade, na responsabilidade e no respeito às informações sensíveis. O processo de aconselhamento, sobretudo na esfera HIV/AIDS, exige exposição da privacidade do paciente aos profissionais de saúde para ações reflexivas e de instruções a respeito de seus cuidados. **Objetivo:** Apreender as estratégias de comunicação de diagnóstico de pessoas com HIV/AIDS e identificar a responsabilidade do sigilo profissional frente à legislação vigente. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica a partir de trabalhos disponíveis nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico e legislação, entre os anos 2008 e 2019. **Resultados:** Foram incluídos os 4 artigos considerados mais relevantes e 3 legislações. A manutenção do sigilo deve ocorrer tanto em relação à condição sorológica, como aos resultados de exames e às informações obtidas nos diálogos com os pacientes (BELLENZANI; MENDES, 2011). Na revelação do diagnóstico, a parceria entre o médico e a enfermeira contribui para dar mais segurança ao paciente, cabendo-lhe decidir se consente revelar o sigilo ao restante da equipe de saúde (ABDALLA; NICHATA, 2008). A iniciativa dos profissionais de um Programa de Saúde da Família de dialogar com as usuárias e suas famílias sobre as situações de vulnerabilidade às DST e HIV/AIDS, pode encorajar a procura espontânea pelo teste (ABDALLA; NICHATA, 2008). Mas a realidade mostra que existem falhas, como a falta de privacidade na realização do exame e retirada dos resultados, e que muitos trabalhadores entendiam que o sigilo se limitava a não revelar o nome da pessoa vivendo com HIV/AIDS (PVHA) (SALVADORI; HAHN, 2019). No que tange à quebra de sigilo, só é aceitável quando a condição sorológica coloca a saúde de terceiros em risco e se há exigência de notificar as autoridades sanitárias ou na declaração de óbito (LUTZ; CARVALHO; BONAMIGO, 2019). O rompimento do sigilo ou a discriminação de pessoas portadoras de HIV, sem justa causa, caracteriza tanto um crime como uma infração ética que sujeita o infrator à detenção ou pena disciplinar (BRASIL, 2014; CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2018). Constitui responsabilidade do médico persuadir a pessoa com HIV a interromper a exposição de terceiros e, caso não concorde, justifica-se a quebra de sigilo por justa causa (SALVADORI; HAHN, 2019). As penalidades aos que rompem o sigilo sem justa causa ou dever legal ficaram ainda mais severas com ao advento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (BRASIL, 2018). **Conclusão:** Com base nos artigos e legislação consultadas, ficou evidente que o sigilo profissional, embora não seja um valor absoluto, constitui informação sensível cuja utilização deve ser cuidadosa e varia de acordo com a situação do paciente infectado e dos riscos que ele proporciona. A abertura do sigilo em relação aos casos de HIV/AIDS pode ser necessária,

mas sua revelação, sem amparo **ético e legal**, constitui infração ética e crime, ambos sancionáveis com penalidades.

Palavras-chave: Sigilo Médico. Confidencialidade. Estratégias de comunicação. Paciente HIV/AIDS.

julinha.v@hotmail.com

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Fernanda Tavares de Mello; NICHATA, Lúcia Yasuko Izumi. A Abertura da privacidade e o sigilo das informações sobre o HIV/Aids das mulheres atendidas pelo programa saúde da família no município de São Paulo, Brasil. *Saúde Soc.*, v. 17, n. 2, p. 140-152, 2008. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sausoc/2008.v17n2/140-152/pt/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BELLENZANI, Renata; MENDES, Rúbia de Fátima. Sigilo na atenção em DST/AIDS: do consultório aos processos organizacionais. *Polis e Psique*, v. 1, p. 140-65. Número Temático. Campo Grande, MS, Brasil. 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/31535>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Lei n. 12.984. Brasília, 2 de junho de 2014; 193 da Independência e 126 da República. Publicado em: 03/06/2014. Edição: 104. Seção: 1. Página: 3. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30056163/do1-2014-06-03-lei-no-12-984-de-2-de-junho-de-2014-30056159. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de dados (LGPD). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 19 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Código de Ética Médica. **Resolução CFM n. 2.217**, de 27 de setembro de 2018, modificada pelas Resoluções CFM n. 2.222/2018 e 2.226/2019. Brasília, DF, 2018.

LUTZ, Kevin Timm; CARVALHO, Diego de; BONAMIGO, Elcio Luiz. Sigilo profissional: conhecimento de alunos de medicina e médicos. *Revista Bioética*, Brasília, DF, v. 27, n. 3, p. 471-481, set. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422019000300471&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 abr. 2021.

SALVADORI, Morgana; HAHN, Giselda Veronice. Confidencialidade médica no cuidado ao paciente com HIV/aids. *Revista Bioética*, Brasília, DF, v. 27, n. 1, p. 153-63, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bioet/v27n1/1983-8042-bioet-27-01-0153.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

SÍNDROME DO CHOQUE TÓXICO ASSOCIADO A SUPERANTÍGENOS

BOSCO, G. S.¹; LOCATELLI, L.¹; D'AGOSTINI, F. M.²; FERNANDES, L. S.²; DEBIASI, M. M.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A síndrome do choque tóxico (SCT) é atribuída a infecções causadas pelas bactérias gram-positivas *Staphylococcus aureus* ou *Streptococcus pyogenes*. As manifestações clínicas decorrem da produção de exotoxinas bacterianas que funcionam no organismo humano como superantígenos, com destaque para a toxina-1 do choque tóxico estafilocócico (TSST-1) e para as toxinas pirogênicas estreptocócicas (ÁLVARES; MIMICA, 2012). **Objetivo:** Relacionar os superantígenos à síndrome do choque tóxico. **Metodologia:** Revisão bibliográfica de artigos científicos disponibilizados nas plataformas Scielo, CrossRef, PubMed, e Google Acadêmico nas línguas portuguesa e inglesa, datadas entre 1999 a 2020, com os seguintes descritores: epidemiologia clínica e molecular da síndrome do choque tóxico, síndromes de choque tóxico estreptocócico e estafilocócico. **Resultados:** Estudos epidemiológicos são carentes nessa área, pois os registros encontrados datam meados dos anos 80/90. Entre 1979 a 1996, 5296 casos de SCT foram relatados. No geral, 93% de todos os casos foram entre mulheres, com uma média de idade de 22 anos, sendo 91% brancos e em 74% dos casos foi SCT menstrual a responsável (HAJJEH *et al.*, 1999). A SCT é causada pela intoxicação por uma das várias exotoxinas de *Staphylococcus aureus* relacionadas. As toxinas mais comumente implicadas incluem a toxina TSS tipo 1 (TSST-1) e a enterotoxina B estafilocócica (BUSH, 2019). As condições propícias para a expressão clínica são encontradas em infecções de feridas cirúrgicas, pós-parto, queimaduras ou na vagina durante a menstruação e na presença de um corpo estranho inserido no canal vaginal, como por exemplo um tampão absorvente ou barreira contraceptiva (LIANG, 2016). A colonização é seguida pela produção de uma ou mais toxinas, que são absorvidas sistematicamente e produzem manifestações sistêmicas em pessoas que não possuem um anticorpo antitoxina protetor. Nesse processo inflamatório sistêmico, exotoxinas e enterotoxinas atuam como superantígenos, ou seja, interagem com o receptor de células T em um domínio fora do local de reconhecimento do antígeno e, portanto, são capazes de ativar um grande número de células T, resultando na produção massiva de citocinas (CARVALHO *et al.*, 2019). Além do mais, não requerem processamento por células apresentadoras de antígenos, mas, em vez disso, interagem diretamente com a molécula de MHC de classe II. O complexo superantígeno-MHC então interage com o receptor de células T e estimula um grande número de células T para causar uma resposta de citocina exagerada e desregulada, colocando em movimento 5-30% de toda a população de células T (VENKATARAMAN, 2020). Como consequência, desencadeia um aumento da permeabilidade vascular, choque hemodinâmico, acidose metabólica, coagulopatia e disfunção multiorgânica, refletindo a cascata desencadeada pelo lipopolissacarídeo (endotoxina) em sepse (DEVRIES *et al.*, 2011). O tratamento normalmente é feito por associação de dois antibióticos com

mecanismos de ação distintos, sendo um deles agindo para impedir a reprodução da bactéria e outro cuja ação serve para inibir a produção das toxinas. **Conclusão:** A SCT representa uma doença ameaçadora à vida. O suporte inicial do choque segue as mesmas indicações preconizadas para os demais tipos de choque, mas deve-se atentar à rápida evolução do quadro e à ausência de focos claros de infecção. O reconhecimento precoce e a administração de antibióticos são essenciais para melhorar os resultados dos pacientes e reduzir a mortalidade.

Palavras-chave: *Staphylococcus aureus*. *Streptococcus pyogenes*. Toxina-1 do choque tóxico estafilocócico. Enterotoxina B estafilocócica.

gui.s.b@hotmail.com

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Paula A.; MIMICA, Marcelo J. Síndrome do choque tóxico. **Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa São Paulo**, v. 57, n. 2, p. 81-4, 2012. Disponível em: <http://arquivosmedicos.fcm-santacasasp.edu.br/index.php/AMSCSP/article/view/286/299>. Acesso em: 09 ago. 2019.

BUSH, Larry M. **Síndrome do choque tóxico (SCT)**. Jun. 2019. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/doen%C3%A7as-infecciosas/cocos-gram-positivos/s%C3%ADndrome-do-choque-t%C3%B3xico-sct>. Acesso em: 07 nov. 2019.

CARVALHO, Haroldo Teófilo *et al.* Diagnóstico e tratamento da síndrome do choque tóxico estreptocócico em unidade de terapia intensiva pediátrica: relato de caso. **Ver. Bras. Ter. Intensiva**, v. 31, n. 4, p. 586-591, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbti/a/hcFftDxcdZywpP86RPbqRxhN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 09 jul. 2019.

DEVRIES, Aaron S. *et al.* **Staphylococcal Toxic Shock Syndrome 2000-2006: epidemiology, clinical features, and molecular characteristics**. Plos One. São Francisco, p. 1-8, ago. 2011. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0022997>. Acesso em: 25 mar. 2021.

HAJJEH, Rana A. *et al.* Síndrome do choque tóxico nos Estados Unidos: atualização da vigilância, 1979-1996. **Emerg Infect Dis**, v. 5, n. 6, p. 807-810, 1999. DOI: 10.3201/eid0506.990611. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2640799/>.

LIANG, Stephen Y. **Toxic Shock Syndromes in Tintinalli Emergency Medicine 2016**. Disponível em: https://www.medicinanet.com.br/conteudos/temas-selecionados/7556/choque_toxico_por_estafilococos.htm. Acesso em: 21 jun. 2018.

VENKATARAMAN, Ramesh. **Toxic Shock Syndrome**. 2020. Disponível em: <https://emedicine.medscape.com/article/169177-overview#a4>. Acesso em: 08 out. 2020.

USO DE CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS PARA PRESCRIÇÃO DE ANTIBIÓTICOS NAS INFECÇÕES DAS VIAS AÉREAS SUPERIORES

ARRUDA, C. R.¹; MOSCHEN, L.¹; VIEIRA, G. B.¹; KASPERBAUER, G.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: As Infecções de Vias Aéreas Superiores (IVAS) são um conjunto de afecções com sintomatologia semelhante e elevada prevalência na prática clínica. Das principais IVAS destacam-se o Resfriado Comum, Rinossinusites Agudas, Faringotonsilites Agudas e Otites Médias Agudas. Diferenciar a etiologia e estabelecer o diagnóstico correto por meio de critérios são indispensáveis para indicação adequada da antibioticoterapia, evitando resistência bacteriana e para efeitos dos fármacos. **Objetivos:** Descrever os critérios diagnósticos indicativos para o uso de antimicrobianos nas IVAS. **Metodologia:** Pesquisa nas bases de dados SCIELO e PubMed, na qual foram encontrados dez artigos e selecionados seis (2016 - 2021), além de revisão bibliográfica. Utilizaram-se os descritores “Infecções das Vias Aéreas Superiores”, “Diagnóstico” e “Antibioticoterapia”. **Resultados e Discussão:** Aproximadamente 0,5 a 2% dos resfriados comuns progridem para Rinossinusite Bacteriana Aguda (RSBA) (PILTCHER *et al.*, 2015). O tempo de duração dos sintomas é fator crucial para determinar etiologia bacteriana, de modo que a Rinossinusite Aguda Viral é autolimitada (VARRICCHIO *et al.*, 2020). Se os sintomas perdurarem por mais de 10 dias ou se a partir do 5º dia forem acompanhados de 3 dos seguintes: secreção nasal ou pós-nasal; dor intensa local; febre maior que 38°C; VHS ou PCR elevada considera-se RSBA (SANTOS; MACEDO, 2019). As Faringotonsilites agudas apresentam etiologia viral em mais de 70% dos casos (PILTCHER *et al.*, 2018). Quando bacterianas, o agente causador mais comum é o Streptococcus beta-hemolítico do grupo A (WINTER; OLIVEIRA, 2019). O diagnóstico clínico é complementado através de análises do score de Centor, sendo necessários no mínimo 4 pontos para que a probabilidade de infecção bacteriana seja de 50-60%. Cada critério positivo pontua 1 ponto: febre >38°, ausência de tosse, adenopatia cervical anterior dolorosa e exsudato ou edema amigdaliano. O score também relaciona a idade do paciente, sendo pontuado 1 ponto caso possua de 3 a 14 anos, 0 pontos de 15-44 anos e -1 ponto caso tenha mais de 44 anos (PILTCHER *et al.*, 2018). A Otite Média Aguda é diagnosticada por meio da visualização do abaulamento da membrana timpânica ou otorrêia de início recente. Mesmo sendo de etiologia bacteriana, a indicação do uso de antimicrobianos ocorre em situações específicas como sintomas graves, idade inferior a 2 anos, quadro bilateral e presença de otorrêia (PILTCHER *et al.*, 2015). As dificuldades observadas na prática clínica em relação ao diagnóstico diferencial das IVAS representam uma realidade. De maneira geral, todos os quadros respiratórios agudos devem ter como diagnóstico diferencial a COVID-19 no atual panorama de pandemia (RAMOS *et al.*, 2020). **Conclusão:** Acredita-se que o refinamento dos critérios diagnósticos para a indicação de antimicrobianos proporcionará a prescrição racional da antibioticoterapia e maior sucesso

terapêutico. É ainda imprescindível salientar a chance de diagnósticos diferenciais, sobretudo o vírus Sars-Cov-2 pela similaridade de sintomas e palco do novo cenário pandêmico mundial.

Palavras-chave: Infecções das Vias Aéreas Superiores. Antibioticoterapia. Diagnóstico.

carolribeiroar@gmail.com

REFERÊNCIAS

PILTCHER, Otavio Bejzman *et al.* Como evitar o uso inadequado de antibióticos nas infecções de vias aéreas superiores? Posição de um painel de especialistas. **Brazilian Journal Of Otorhinolaryngology**, v. 84, n. 3, p. 265-279, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/55540>. Acesso em: 01 mar. 2021.

PILTCHER, Otavio Bejzman *et al.* **Rotinas em otorrinolaringologia**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

RAMOS, Regina Terse *et al.* Aspectos respiratórios da COVID-19 na infância: o que o pediatra precisa saber? **Residência Pediátrica**, v. 10, n. 2, p. 1-15, 2020. DOI: 10.25060/residpediatr-2020.v10n2-349.

SANTOS, João Pedro Azevedo; MACEDO, Rodrigo Carvalho de Oliveira. **Avaliação da prática da automedicação e o uso de antibióticos em infecções de vias aéreas superiores**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) - Centro Universitário Tiradentes, Maceió, 2019. Disponível em: <http://openrit.grupotiradentes.com:8080/xmlui/bitstream/handle/set/3696/TCC.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 mar. 2021.

VARRICCHIO, Attilio *et al.* Inflammation, infection, and allergy of upper airways: new insights from national and real-world studies. **Italian journal of pediatrics**, v. 46, n. 1, 2020. DOI: 10.1186/s13052-020-0782-z.

WINTER, Déborah Elisa de Almeida; OLIVEIRA, Lúcio Henrique de. Recomendações quanto ao uso de antimicrobianos em infecções de vias aéreas superiores em pediatria. **Residência Pediátrica**, Ahead of print, v. 9, n. 3, p. 284-289, 2019. DOI: 10.25060/residpediatr-2019.v9n3-15.